

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02173-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIELO S.A	3 - CNPJ 01.027.058/0001-91
4 - NIRE 35.300.144.112		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO ALAMEDA GRAJAU, 219				2 - BAIRRO OU DISTRITO ALPHAVILLE	
3 - CEP 06454-050		4 - MUNICÍPIO BARUERI			5 - UF SP
6 - DDD 011	7 - TELEFONE 2184-7600	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -	10 - TELEX	
11 - DDD 011	12 - FAX 2184-7799	13 - FAX -	14 - FAX -		
15 - E-MAIL www.cielo.com.br					

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME MARCOS GRODETSKY					
2 - ENDEREÇO COMPLETO ALAMEDA GRAJAU, 219				3 - BAIRRO OU DISTRITO ALPHAVILLE	
4 - CEP 06454-050		5 - MUNICÍPIO BARUERI			6 - UF SP
7 - DDD 011	8 - TELEFONE 2184-7600	9 - TELEFONE 2184-7809	10 - TELEFONE -	11 - TELEX	
12 - DDD 011	13 - FAX 2184-7799	14 - FAX -	15 - FAX -		
16 - E-MAIL ri@cielo.com.br					

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2010	31/12/2010	2	01/04/2010	30/06/2010	4	01/10/2009	31/12/2009
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR DELOITTE TOUCHE TOMATSU					10 - CÓDIGO CVM 00385-9		
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO WALTER DALSASSO					12 - CPF DO RESP. TÉCNICO 531.252.408-59		

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02173-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIELO S.A	3 - CNPJ 01.027.058/0001-91
---------------------------	-------------------------------------	--------------------------------

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/06/2010	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/12/2009	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/06/2009
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	1.364.784	1.364.784	1.364.784
2 - Preferenciais	0	0	0
3 - Total	1.364.784	1.364.784	1.364.784
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	4.720	4.532	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	4.720	4.532	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 1280 - Intermediação Financeira
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL Credenciamento de Estabelecimentos e captura de transações comerciais e financeiras realizadas com cartões de pagamento.
6 - TIPO DE CONSOLIDADO
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
----------	------------	---------------	--------------	------------------	------------------------------	-------------------------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02173-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIELO S.A	3 - CNPJ 01.027.058/0001-91
---------------------------	-------------------------------------	--------------------------------

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
01	30/04/2010	100.000	24.621	Reserva de Lucro	0	0,0000000000

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 04/08/2010	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02173-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIELO S.A	3 - CNPJ 01.027.058/0001-91
---------------------------	-------------------------------------	--------------------------------

08.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2010	4 - 31/12/2009
1	Ativo Total	3.177.783	2.967.826
1.01	Ativo Circulante	2.040.959	1.886.675
1.01.01	Disponibilidades	211.041	514.280
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	211.041	514.280
1.01.02	Créditos	1.823.006	1.366.499
1.01.02.01	Clientes	1.685.701	1.197.232
1.01.02.01.01	Contas a Receber Operacional	1.670.467	1.178.784
1.01.02.01.02	Outros Valores a Receber	15.234	18.448
1.01.02.02	Créditos Diversos	137.305	169.267
1.01.02.02.01	Impostos Antecipados e a Recuperar	5.358	2.503
1.01.02.02.02	Direitos a receber - securitização exter	129.908	163.850
1.01.02.02.03	Juros a receber - securitização exterior	2.039	2.914
1.01.03	Estoques	0	0
1.01.04	Outros	6.912	5.896
1.01.04.01	Despesas Pagas Antecipadamente	6.912	5.896
1.02	Ativo Não Circulante	1.136.824	1.081.151
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	752.369	721.334
1.02.01.01	Créditos Diversos	752.369	721.334
1.02.01.01.01	Direitos a receber - securitização no ex	0	42.445
1.02.01.01.02	Imp. de Renda e Contrib. Social Diferido	228.880	222.000
1.02.01.01.03	Depósitos Judiciais	522.394	455.292
1.02.01.01.04	Outros Valores a Receber	1.095	1.597
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	0	0
1.02.02	Ativo Permanente	384.455	359.817
1.02.02.01	Investimentos	12	214
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.03	Outros Investimentos	12	214
1.02.02.02	Imobilizado	326.742	296.121
1.02.02.03	Intangível	57.701	63.482
1.02.02.03.01	Intangível	35.269	41.284
1.02.02.03.02	Ágio na Aquisição de Investimentos	22.432	22.198

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02173-3	CIELO S.A	01.027.058/0001-91

08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2010	4 - 31/12/2009
2	Passivo Total	3.177.783	2.967.826
2.01	Passivo Circulante	1.463.675	1.553.141
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	125.415	116.443
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	266.654	416.945
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	105.365
2.01.06	Provisões	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	1.071.606	914.388
2.01.08.01	Contas a Pagar a Estabelecimentos	878.716	667.522
2.01.08.03	Obrigações a pagar - securitização no ex	129.908	163.911
2.01.08.04	Juros a pagar - securitização no ex	2.039	2.914
2.01.08.05	Outras Obrigações	60.943	80.041
2.02	Passivo Não Circulante	567.033	554.256
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	567.033	554.256
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.02.01.02	Debêntures	0	0
2.02.01.03	Provisões	563.041	511.578
2.02.01.03.01	Provisão para Contingências	563.041	511.578
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	3.992	42.678
2.02.01.06.01	Obrigações a pagar - securitização no ex	0	42.445
2.02.01.06.02	Outras Obrigações	3.992	233
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.04	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	1.147.075	860.429
2.05.01	Capital Social Realizado	100.000	75.379
2.05.02	Reservas de Capital	5.306	3.077
2.05.02.01	Reservas de Capital	77.535	72.305
2.05.02.02	Ações em Tesouraria	(72.229)	(69.228)
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	163.836	15.076
2.05.04.01	Legal	20.000	15.076
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02173-3	CIELO S.A	01.027.058/0001-91

08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/06/2010	4 -31/12/2009
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	143.836	0
2.05.04.07.01	Reserva de orçamento de capital	143.836	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	877.933	766.897
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02173-3	CIELO S.A	01.027.058/0001-91

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2010 a 30/06/2010	4 - 01/01/2010 a 30/06/2010	5 - 01/04/2009 a 30/06/2009	6 - 01/01/2009 a 30/06/2009
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	1.081.646	2.143.181	914.423	1.796.033
3.01.01	Receita de Comissões	741.295	1.474.654	623.443	1.213.982
3.01.02	Receita de Aluguel	304.101	598.622	260.697	517.071
3.01.03	Receita de Prestação de Serviços	36.250	69.905	30.283	64.980
3.02	Deduções da Receita Bruta	(111.556)	(219.982)	(96.580)	(186.898)
3.02.01	Impostos sobre Serviços	(111.556)	(219.982)	(96.580)	(186.898)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	970.090	1.923.199	817.843	1.609.135
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(257.459)	(509.117)	(228.412)	(440.588)
3.05	Resultado Bruto	712.631	1.414.082	589.431	1.168.547
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(25.468)	(45.017)	(37.788)	(95.724)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(102.573)	(201.819)	(90.673)	(190.709)
3.06.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	(27.504)	(66.469)	(32.437)	(61.493)
3.06.02.02	Despesa com Pessoal	(37.812)	(74.483)	(33.958)	(62.082)
3.06.02.04	Marketing	(35.963)	(57.467)	(15.515)	(26.949)
3.06.02.05	Outras (despesas) receitas operacionais	(1.294)	(3.400)	(8.763)	(40.185)
3.06.03	Financeiras	77.105	156.802	52.885	94.985
3.06.03.01	Receitas Financeiras	109.893	235.851	62.736	152.164
3.06.03.01.01	Receitas Financeiras	7.070	31.411	16.434	49.254
3.06.03.01.02	Receita c/ Antecipação de Recebíveis	102.823	204.440	46.302	102.910
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(32.788)	(79.049)	(9.851)	(57.179)
3.06.03.02.01	Despesas Financeiras	(8.938)	(21.172)	(9.025)	(22.149)
3.06.03.02.02	Despesas de ajuste a valor presente	(23.988)	(58.574)	(1.212)	(35.861)
3.06.03.02.03	Variação cambial, líquida	138	697	386	831
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02173-3	CIELO S.A	01.027.058/0001-91

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2010 a 30/06/2010	4 - 01/01/2010 a 30/06/2010	5 - 01/04/2009 a 30/06/2009	6 - 01/01/2009 a 30/06/2009
3.07	Resultado Operacional	687.163	1.369.065	551.643	1.072.823
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	687.163	1.369.065	551.643	1.072.823
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(238.950)	(478.150)	(205.013)	(416.594)
3.11	IR Diferido	9.507	7.018	18.184	41.784
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	457.720	897.933	364.814	698.013
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	1.360.064	1.360.064	1.364.784	1.364.784
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,33654	0,66021	0,26731	0,51145
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02173-3	CIELO S.A	01.027.058/0001-91

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2010 a 30/06/2010	4 - 01/01/2010 a 30/06/2010	5 - 01/04/2009 a 30/06/2009	6 - 01/01/2009 a 30/06/2009
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	100.833	540.713	444.523	248.973
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	797.084	1.589.946	622.165	1.263.068
4.01.01.01	Lucro Antes do IR e da CS	687.163	1.369.065	551.643	1.072.823
4.01.01.02	Depreciações e amortizações	46.436	90.819	39.073	76.213
4.01.01.03	Custo Resid. imob. intang. baix/alienado	1.617	2.496	350	3.730
4.01.01.04	Provisão para perda com POS inativos	226	3.916	(5.635)	5.334
4.01.01.06	Baixas de outros investimentos	202	202	0	0
4.01.01.08	Opções de ações outorgadas	2.615	5.230	0	0
4.01.01.10	Perda com aluguel de equipamentos	3.977	7.963	4.751	6.592
4.01.01.11	Provisão para contingências	30.860	51.681	30.771	62.515
4.01.01.12	Ajuste a valor presente contas a receber	23.988	58.574	1.212	35.861
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(549.506)	(422.833)	18.003	(566.439)
4.01.02.01	Contas a receber operacional	(338.430)	(550.257)	12.091	(553.956)
4.01.02.03	Impostos antecipados e a recuperar	(1.423)	(2.855)	78.994	(11.852)
4.01.02.04	Outros valores a receber (circ. não circ	36.019	80.980	110.841	163.827
4.01.02.05	Depósitos judiciais	(32.654)	(67.102)	(31.378)	(63.319)
4.01.02.06	Despesas pagas antecipadamente	6.616	(1.016)	(2.271)	(4.525)
4.01.02.07	Contas a pagar estabelecimentos	(161.512)	203.231	(68.721)	38.943
4.01.02.08	Fornecedores	(34.306)	8.972	(10.519)	11.475
4.01.02.09	Impostos e contribuições a recolher	136	(1.904)	(3.182)	(6.107)
4.01.02.10	Outras obrigações (circ e não circ)	(23.817)	(92.664)	(68.552)	(141.640)
4.01.02.11	Provisão p/ contingências (circ e não cir	(135)	(218)	700	715
4.01.03	Outros	(146.745)	(626.400)	(195.645)	(447.656)
4.01.03.01	Juros recebidos	2.912	6.478	5.945	13.450
4.01.03.02	Juros pagos	(2.912)	(6.478)	(5.945)	(13.450)
4.01.03.03	IR e CS pagos	(146.745)	(626.400)	(195.645)	(447.656)
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(58.247)	(122.070)	(52.177)	(99.785)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02173-3	CIELO S.A	01.027.058/0001-91

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/04/2010 a 30/06/2010	4 -01/01/2010 a 30/06/2010	5 - 01/04/2009 a 30/06/2009	6 - 01/01/2009 a 30/06/2009
4.02.01	Aquisição de part. "joint venture"	0	0	(2.362)	(13.582)
4.02.02	Aquisição part joint venture liq. cx. ad	0	0	(788)	(5.367)
4.02.04	Adições ao imobilizado e intangível	(58.247)	(122.070)	(49.027)	(80.836)
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	(3.001)	(721.882)	(333.457)	(876.585)
4.03.01	Financiamentos - arrendamento mercantil	0	0	(258)	(401)
4.03.02	Ações em Tesouraria	(3.001)	(3.001)	0	0
4.03.05	Dividendos pagos	0	(718.881)	(333.199)	(876.184)
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	39.585	(303.239)	58.889	(727.397)
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	171.456	514.280	0	1.072.157
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	211.041	211.041	58.889	344.760

Data-Base - 30/06/2010

IFRS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02173-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIELO S.A	3 - CNPJ 01.027.058/0001-91
---------------------------	-------------------------------------	--------------------------------

11.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/04/2010 a 30/06/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - PARTICIPAÇÃO TOTAL DOS CONTROLADORES	10 - PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	11 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	75.379	5.692	0	15.076	593.594	0	689.741	0	689.741
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	75.379	5.692	0	15.076	593.594	0	689.741	0	689.741
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	457.720	0	457.720	0	457.720
5.05	Destinações	0	2.615	0	0	0	0	2.615	0	2.615
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	2.615	0	0	0	0	2.615	0	2.615
5.05.03.01	Opções de Ações Outorgadas	0	2.615	0	0	0	0	2.615	0	2.615
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	24.621	0	0	(15.076)	(9.545)	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	163.836	(163.836)	0	0	0	0
5.09.01	Reserva de Orçamento de Capital	0	0	0	143.836	(143.836)	0	0	0	0
5.09.02	Reserva Legal	0	0	0	20.000	(20.000)	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	(3.001)	0	0	0	0	(3.001)	0	(3.001)
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	100.000	5.306	0	163.836	877.933	0	1.147.075	0	1.147.075

Data-Base - 30/06/2010

IFRS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02173-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIELO S.A	3 - CNPJ 01.027.058/0001-91
---------------------------	-------------------------------------	--------------------------------

11.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2010 a 30/06/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAValiaÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - PARTICIPAÇÃO TOTAL DOS CONTROLADORES	10 - PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	11 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	75.379	3.077	0	15.076	766.897	0	860.429	0	860.429
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	75.379	3.077	0	15.076	766.897	0	860.429	0	860.429
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	897.933	0	897.933	0	897.933
5.05	Destinações	0	5.230	0	0	(613.516)	0	(608.286)	0	(608.286)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	(603.775)	0	(603.775)	0	(603.775)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	(9.741)	0	(9.741)	0	(9.741)
5.05.03	Outras Destinações	0	5.230	0	0	0	0	5.230	0	5.230
5.05.03.01	Opções de Ações Outorgadas	0	5.230	0	0	0	0	5.230	0	5.230
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	24.621	0	0	(15.076)	(9.545)	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	163.836	(163.836)	0	0	0	0
5.09.01	Reserva de Orçamento de Capital	0	0	0	143.836	(143.836)	0	0	0	0
5.09.02	Reserva Legal	0	0	0	20.000	(20.000)	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	(3.001)	0	0	0	0	(3.001)	0	(3.001)
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	100.000	5.306	0	163.836	877.933	0	1.147.075	0	1.147.075

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

CIELO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E 31 DEZEMBRO DE
2009

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Brasileira de Meios de Pagamento, que teve sua razão social alterada para Cielo S.A. (“Sociedade”), conforme aprovação em Assembleia Geral Extraordinária de 14 de dezembro de 2009, foi constituída em 23 de novembro de 1995 no Brasil e tem como objetivo principal a prestação de serviços relacionados a cartões de crédito e de débito e outros meios de pagamento, bem como a prestação de serviços correlatos, tais como o credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços, o aluguel, a instalação e a manutenção de terminais eletrônicos e a captura de dados e de processamento de transações eletrônicas e manuais.

Em 23 de janeiro de 2003, a Sociedade constituiu uma filial em Grand Cayman, Ilhas Britânicas Ocidentais, (nota explicativa nº 22), com o propósito específico da realização no exterior de uma operação de securitização do fluxo de direitos creditórios denominados em moeda estrangeira (notas explicativas nº 7, nº 18 e nº 22).

O contexto operacional das controladas e das controladas em conjunto e de forma indireta é como segue:

Controladas

- Servinet Serviços Ltda. (“Servinet”) - o objeto social da Servinet consiste na prestação de serviços de manutenção e contatos com estabelecimentos comerciais e estabelecimentos prestadores de serviços para a aceitação de cartões de crédito e de débito, bem como outros meios de pagamento; na prestação de serviços de instalação e manutenção de terminais eletrônicos (“Point of Sales Equipment - POS”) para a captura de dados e o processamento de transações com cartões de crédito e de débito, bem como outros meios de pagamento; no desenvolvimento de atividades correlatas no setor de serviços julgadas de interesse da Servinet; e na participação em outras sociedades como sócia ou acionista.
- Servrede Serviços S.A. (“Servrede”) - o objeto social da Servrede é a prestação de serviços de gerenciamento de tecnologia de rede, incluindo transmissão de dados e informações, soluções corporativas, sistemas de comunicação privada e processamento eletrônico de pagamentos, além de prestação de serviços de aplicativos e “data center”, bem como o desenvolvimento de outras atividades correlatas no setor de serviços julgadas de seu interesse e a participação em outras

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

sociedades como sócia ou acionista. A Servrede permanece sem operações em 30 de junho de 2010.

- CBGS - Gestão e Processamento de Informações de Saúde Ltda. (“CBGS Ltda.”) - tem como objeto social a prestação de serviços de interconexão de rede eletrônica entre operadoras de saúde e prestadoras de serviços médicos e hospitalares e quaisquer outros agentes do sistema de saúde, em plataforma tecnológica única; a prestação de serviços de digitalização e automatização de processos, emissão de cartões, atendimentos de “call center” e outras soluções; a prestação de serviços de leitura de informações de cartões e roteamento de transações não financeiras; a locação ou comercialização de leitores de cartões, outros equipamentos de informática utilizados na prestação de seus serviços e assistência técnica; e a participação em outras sociedades como sócia, acionista ou cotista.

Em novembro de 2009, a CBGS Ltda. foi incorporada pela CBGS, então sua controlada em conjunto, a valores contábeis e com data-base 31 de outubro de 2009.

Controladas indiretas

- Companhia Brasileira de Gestão de Serviços (“CBGS”) - o objeto social da CBGS era a prestação de serviços de interconexão de rede eletrônica e outros serviços correlatos entre operadoras de saúde e prestadores de serviços médicos e hospitalares (como hospitais, clínicas médicas e laboratórios), quaisquer outros agentes do sistema de saúde suplementar, indústrias farmacêuticas, laboratórios, distribuidores, atacadistas, empresas do gênero, estipulantes, empresas usuárias de planos de saúde e drogarias, entre outros, e seguradoras em plataforma tecnológica; e a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista.

Em dezembro de 2009, a CBGS foi incorporada pela CBGS S.A., então sua controlada em conjunto, a valores contábeis e com data-base 30 de novembro de 2009.

- Companhia Brasileira de Gestão de Serviços S.A., anteriormente denominada Orizon Brasil Processamento de Informações de Saúde Ltda. - o objeto social da CBGS S.A. consiste na consultoria e no processamento de informações para as empresas da área médica em geral; na gestão de serviços de suporte (“back office”) para empresas operadoras de saúde em geral; na prestação de serviços de interconexão de rede eletrônica entre operadoras de saúde e prestadores de serviços médicos e hospitalares (como hospitais, clínicas médicas e laboratórios) e quaisquer outros agentes do sistema de saúde suplementar e drogarias, em plataforma tecnológica única; na prestação de serviços de digitalização e automatização de processos, emissão de cartões, atendimento em “call center” e

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

outras soluções; na prestação de serviços de leitura de informações de cartões e roteamento de transações não financeiras; na locação ou comercialização de leitoras de cartões, outros equipamentos e sistemas de informática utilizados na prestação de seus serviços, bem como na prestação de assistência técnica a referidos equipamentos; e na participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista.

- Prevsáude Comercial de Produtos e de Benefícios de Farmácia Ltda. (“Prevsáude”) - o objeto social da Prevsáude consiste na prestação de serviços de benefício farmacêutico, voltados para o atendimento de clientes corporativos, planos de saúde, clientes públicos e grandes laboratórios. A Prevsáude administra a relação dos funcionários de seus clientes com as farmácias, com os médicos e com a própria empresa contratante.
- Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda. (“Precisa”) - o objeto social da Precisa é a comercialização de medicamentos em geral, com foco na prevenção e manutenção do estado de saúde, com sistema de entrega programada. A Precisa é uma “farmácia” voltada para atender aos clientes da Prevsáude, com foco principal nos pacientes crônicos. Ela é responsável pela entrega de medicamentos de administração recorrente aos clientes da Prevsáude com doenças crônicas, tais como diabetes, câncer e problemas cardíacos e de pressão, o que permite monitorar a entrega e o consumo do medicamento, aumentando a efetividade do tratamento.

Reestruturação em controladas - Projeto Saúde

Em 28 de agosto de 2006, a Sociedade constituiu a CBGS Ltda., que atua no setor de saúde.

Em 8 de novembro de 2006, a Sociedade, através de sua controlada CBGS Ltda., a Bradesco Saúde S.A. (“Bradesco Saúde”) e a Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (“Cassi”) assinaram Acordo de Investimentos, visando à atuação em conjunto no segmento de prestação de serviços de interconexão de rede eletrônica e outros entre operadores e prestadores de serviços de saúde. Por esse acordo, a Bradesco Saúde e a Cassi constituíram a CBGS e garantiram a essa nova empresa o acesso a seu cadastro de clientes para a prestação dos referidos serviços com exclusividade. A controlada CBGS Ltda. comprometeu-se a adquirir participação equivalente a 40,95% do capital social da CBGS por R\$139.045, por meio de novos aportes de capital através da conferência de bens.

Em 28 de dezembro de 2006, foi constituída pela Bradesco Saúde (70,87%) e pela Cassi (29,13%) a CBGS, com capital social de R\$1.000, totalmente subscrito e integralizado em dinheiro. O capital social da CBGS está dividido em 1.000.000 de ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 2 de janeiro de 2008, a CBGS subscreveu, em favor da controlada CBGS Ltda., 693.480 novas ações ordinárias, sem valor nominal, pelo montante de R\$139.045.

A integralização desse montante, que dá direito à controlada CBGS Ltda. de deter 40,95% de participação naquela companhia, ocorreu através da transferência de participações em companhias e em dinheiro. Dessa forma, considerando que a formação de “joint venture” é especificamente excluída do escopo do IFRS 3 - Combinação de negócios, a transferência de participação acionária para a CBGS (“joint venture”) foi contabilizada pelos mesmos valores contábeis que estavam registrados na CBGS Ltda. (“venturer”), tendo o ganho de capital sido contabilizado no consolidado da Sociedade de acordo com o IAS 31 - Participações em “Joint Ventures” e o SIC 13 - Entidades de Controles Compartilhados - Contribuições de Ativos Não Monetários pelo “Venturer”. Portanto, esses Pronunciamentos requerem que o reconhecimento do ganho ou da perda reflita a substância da transação, ou seja, quando os ativos são retidos pela “joint venture” e o “venturer” transfere significativamente os riscos e benefícios da propriedade para a “joint venture”, o “venturer” deve reconhecer somente a porção do ganho ou da perda atribuída à participação dos outros “venturers”.

A integralização pela CBGS Ltda. do montante mencionado ocorreu detalhadamente da seguinte forma:

- R\$60.773 por meio da entrega imediata de 46.661.888 cotas da Polimed, atualmente denominada CBGS S.A., cujo valor patrimonial em 31 de dezembro de 2007 era de R\$39.339, com a geração de ganho de capital no montante de R\$21.434. Nas demonstrações financeiras consolidadas, esse ganho de capital foi eliminado na proporção da participação da CBGS Ltda. no capital social da controlada CBGS.
- R\$10.918 por meio da entrega imediata de 1.709.999 cotas da Dativa, cujo valor patrimonial em 31 de dezembro de 2007 era de R\$11.005, com a geração de perda de capital no montante de R\$87.
- R\$67.354 a serem integralizados em até dois anos, por meio da entrega de bens suscetíveis de avaliação em dinheiro e/ou moeda corrente nacional, os quais serão corrigidos pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA acrescido de 11,85% ao ano, “pro rata die”, desde a data do presente ato até a data da respectiva integralização, sendo contabilizados pela CBGS Ltda. na rubrica “Contas a pagar para ‘joint venture’” e na rubrica “Contas a receber” da CBGS. Em 31 de dezembro de 2009, o saldo foi totalmente integralizado.

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Após a subscrição de ações, a composição acionária da “joint venture” CBGS ficou da seguinte forma:

	<u>%</u>
CBGS Ltda.	40,95
Bradesco Saúde	41,85
Cassi	17,20

Conforme o Acordo de Acionistas, as deliberações societárias e a aprovação de novos investimentos requerem a maioria de aprovação pelos acionistas; conseqüentemente, a CBGS foi classificada como uma controlada em conjunto (“joint venture”) e suas demonstrações financeiras foram contabilizadas pela Sociedade pelo método de consolidação proporcional, conforme recomendado pelo IAS 31.

Em 16 de março de 2009, a controlada em conjunto CBGS adquiriu a totalidade das cotas representativas do capital da Prevsáude e da Precisa, conforme apresentado a seguir:

	<u>Prevsáude</u>	<u>Precisa</u>
Ativos (passivos) líquidos adquiridos	1.628	(2.381)
Preço total de compra considerado	<u>9.000</u>	<u>1.000</u>
Ágio	<u>7.372</u>	<u>3.381</u>

A Prevsáude presta serviço de benefício farmacêutico, voltado para o atendimento de clientes corporativos, planos de saúde, clientes públicos e grandes laboratórios. A empresa administra a relação dos funcionários de seus clientes com as farmácias, com os médicos e com a própria empresa contratante.

A Precisa é uma “farmácia” voltada para atender aos clientes da Prevsáude, com foco principal nos pacientes crônicos. Ela é responsável pela entrega de medicamentos de administração recorrente aos clientes da Prevsáude com doenças crônicas, tais como diabetes, câncer e problemas cardíacos e de pressão, o que permite monitorar a entrega e o consumo do medicamento, aumentando a efetividade do tratamento.

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Essas aquisições estão em linha com a estratégia da Sociedade de expansão dos negócios no segmento de saúde.

Em novembro de 2009, a controlada direta CBGS Ltda. foi incorporada pela controlada indireta CBGS e em 1º de dezembro de 2009 a CBGS foi incorporada pela CBGS S.A. Como resultado das incorporações, todas as operações das incorporadas foram transferidas para as incorporadoras que sucederão as incorporadas em todos os seus bens, direitos e obrigações, a título universal e para todos os fins de direito, sem nenhuma solução de continuidade, com a conseqüente extinção das incorporadas.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade (“International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC”).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor, sendo demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos. Os caixas e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurados a valor justo, e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

2.4. Contas a receber dos bancos emissores e contas a pagar a estabelecimentos comerciais (transações pendentes de repasse)

Referem-se aos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito emitidos por instituições financeiras licenciadas pela Visa International Service Association, sendo os saldos de contas a receber dos bancos emissores líquidos das taxas de intercâmbio e os saldos de contas a pagar a estabelecimentos deduzidos das taxas de administração (taxa de desconto); os prazos de recebimento dos emissores e de pagamento aos estabelecimentos são inferiores a um ano (vide nota explicativa nº 13).

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

2.5. Imobilizado

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados anualmente.

O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

2.6. Intangível

Demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido das respectivas amortizações calculadas pelo método linear, às taxas mencionadas na nota explicativa nº 11. Os ativos intangíveis são amortizados geralmente levando em conta a sua utilização efetiva ou um método que reflita os benefícios econômicos esperados, considerando que têm vida útil definida, ou bases sistemáticas de amortização mensal. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual excede o valor recuperável.

2.7. Provisão para recuperação dos ativos de vida longa

A Administração revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado e o intangível a serem mantidos e utilizados nas operações da Sociedade, com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

Anualmente, são feitas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de vida longa e medir a potencial perda no seu valor recuperável. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados do negócio durante a respectiva vida remanescente estimada. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior entre: (a) o valor justo dos ativos menos os custos estimados para venda, e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa. Em 31 de dezembro de 2009, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas e, portanto, nenhuma provisão para perda foi consignada nas demonstrações financeiras.

2.8. Investimentos em “joint ventures” (empresas com controle compartilhado)

“Joint ventures” são aquelas nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Sociedade e por um ou mais sócios. Os investimentos em “joint ventures” são reconhecidos pelo método de consolidação proporcional, desde a data em que o controle conjunto é adquirido. De acordo com esse método, os componentes do ativo e passivo e as receitas e despesas das “joint ventures” são somados às posições contábeis consolidadas, na proporção da participação do investidor em seu capital social.

2.9. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade, conforme o conceito descrito no IAS 12 - Impostos sobre rendimentos, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas; entretanto, não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

2.10. Benefícios a empregados

A Sociedade e suas controladas são copatrocinadoras de um plano de previdência privada com contribuições definidas. As contribuições são efetuadas com base em um percentual da remuneração dos colaboradores. Esse benefício é registrado conforme o IAS 19 - Benefícios dos empregados.

2.11. Ativos e passivos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) ao valor justo através de lucros ou perdas; (ii) mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas

Ativos financeiros são classificados ao valor justo através de lucros ou perdas quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo através de lucros ou perdas quando adquiridos. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação quando:

- É adquirido principalmente para o propósito de venda em um futuro próximo.
- É parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Sociedade administra conjuntamente e que tenha um padrão recente real de lucros no curto prazo.
- É um derivativo que não é designado e efetivo como instrumento de “hedge” em uma contabilização de “hedge”.

Um ativo financeiro que não seja mantido para negociação pode ser designado ao valor justo através de lucros e perdas no reconhecimento inicial quando:

- Essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência surgida em sua mensuração ou seu reconhecimento.

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- For parte de um grupo administrado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, seu desempenho for avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou a estratégia de investimento documentada pela Sociedade e as respectivas informações forem fornecidas internamente com a mesma base.
- For parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitir que o contrato combinado como um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo através de lucros ou perdas.

Ativos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas são avaliados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado do semestre. Ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro.

Mantidos até o vencimento

Ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e datas de vencimento fixas e que a Sociedade tenha a intenção e habilidade de manter até o vencimento são classificados nessa categoria. Ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se do método dos juros efetivos, deduzido de provisão para perda do valor recuperável (“impairment”). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos e passivos financeiros que têm pagamentos fixos ou determináveis e não são cotados em um mercado ativo, sendo mensurados pelo custo amortizado utilizando-se do método dos juros efetivos, deduzido de provisão para perda do valor recuperável (“impairment”). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva, exceto para os recebíveis de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros for imaterial.

Disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles que não são derivativos e que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados nas categorias apresentadas anteriormente.

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária e a variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido quando incorridas, sendo baixadas para o resultado do semestre no momento em que são realizadas em caixa ou consideradas não recuperáveis.

Método dos juros efetivos

É um método de calcular o custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e alocar a receita ou despesa dos juros durante o período relevante. A taxa efetiva de juros é aquela que desconta exatamente os recebimentos ou pagamentos futuros estimados de caixa (incluindo todas as taxas pagas ou recebidas que formam parte integral da taxa efetiva de juros, custos de transação e outros prêmios ou descontos) através da vida esperada do ativo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados pelo valor justo através de lucros ou perdas ou como outros passivos financeiros.

Passivos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas

São classificados nessa categoria os passivos financeiros mantidos para negociação ou quando designados ao valor justo através de lucros ou perdas.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação quando:

- For incorrido principalmente com o propósito de recompra em futuro próximo.
- For parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Sociedade administra conjuntamente e que tenha um padrão realizado de lucros no curto prazo.
- For um derivativo que não esteja designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

Passivos financeiros que não sejam classificados como mantidos para negociação podem ser designados como ao valor justo através de lucros e perdas no reconhecimento inicial quando:

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento que poderia surgir.
- Compuserem parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou de ambos, o qual seja administrado e cuja “performance” seja avaliada com base em seu valor justo, de acordo com a administração de risco documentada ou a estratégia de investimento da Sociedade, e as informações sobre esse grupo forem fornecidas nessa base internamente.
- Formarem parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o IAS 39 permitir que o contrato combinado como um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo através de lucros ou perdas.

Passivos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas são demonstrados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos em lucros ou perdas. Os ganhos ou perdas líquidos reconhecidos em lucros ou perdas incorporam quaisquer juros pagos no passivo financeiro.

Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento. O método dos juros efetivos é um método que calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante. A taxa de juros efetiva é a taxa que exatamente desconta pagamentos estimados futuros de caixa através da vida esperada do passivo financeiro ou, quando aplicável, por um período menor.

2.12. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência. As receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e de débito são apropriadas ao resultado na data do processamento das transações. As receitas decorrentes da captura das transações parceladas com cartões de crédito são apropriadas ao resultado na data do processamento de cada parcela. A receita de serviços prestados para parceiros e estabelecimentos é reconhecida no resultado quando da prestação de serviços. A receita com o repasse antecipado aos estabelecimentos comerciais é reconhecida “pro rata temporis”, considerando os seus prazos de vencimento.

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

2.13. Provisões

Reconhecidas quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança.

O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação na data dos balanços, levando em consideração os riscos e as incertezas relacionados à obrigação. Quando se espera que o benefício econômico requerido para liquidar uma provisão seja recebido de terceiros, esse valor a receber é registrado como um ativo, quando o reembolso é virtualmente certo e o montante pode ser estimado com segurança.

As provisões contabilizadas pela Sociedade decorrem substancialmente de processos judiciais, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e ex-funcionários, mediante ações cíveis e trabalhistas. Essas contingências são avaliadas pela Administração da Sociedade e de suas controladas com seus assessores jurídicos e são quantificadas por meio de critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente a prazo e valor.

As provisões que envolvem processos tributários estão constituídas por valor equivalente à totalidade dos tributos em discussão judicial, atualizados monetariamente, sendo computados os juros moratórios como se devidos fossem, até as datas dos balanços.

2.14. Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira foram convertidos para reais pela taxa de câmbio das datas dos balanços e as diferenças decorrentes da conversão de moeda foram reconhecidas no resultado dos semestres.

2.15. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Sociedade e de suas controladas que impactam certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado e intangível, provisão para créditos de liquidação duvidosa (aluguel de equipamentos POS), imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e provisão para contingências. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. A Sociedade e suas controladas revisam as estimativas e premissas anualmente.

2.16. Remuneração com base em ações

A Sociedade oferece a seus administradores e executivos e aos de sua controlada Servinet plano de opção de compra de ações. As opções são precificadas pelo valor justo na data de concessão dos planos e são reconhecidas de forma linear no resultado pelo prazo de concessão da opção em contrapartida ao patrimônio líquido. Nas datas dos balanços, a Sociedade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devam ser adquiridos com base nessas condições e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido, de acordo com os critérios estabelecidos no IFRS 2 - Pagamentos Baseados em Ações.

3. TRANSIÇÃO PARA O IFRS

3.1. Reconciliação entre IFRS e BR GAAP

Descrição das principais diferenças entre as normas internacionais de contabilidade (IFRS) e as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que afetaram as demonstrações financeiras consolidadas:

- a) Imposto de renda e contribuição social diferidos: o imposto de renda e a contribuição social diferidos são contabilizados sobre as diferenças entre BR GAAP e IFRS, quando aplicável.
- b) Lucro por ação: de acordo com o IFRS, as entidades de capital aberto devem divulgar o lucro por ação básico e diluído na demonstração do resultado (vide nota explicativa nº 20).

O lucro básico por ação deve ser calculado dividindo o lucro líquido do período atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o período, incluindo as emissões de direitos e bônus de subscrição.

Uma entidade deve calcular o lucro diluído por ação considerando o lucro líquido atribuível aos acionistas e a quantidade média ponderada de ações em circulação, acrescida dos efeitos de todas as ações potenciais. Todos os instrumentos e contratos que possam resultar na emissão de ações são considerados ações potenciais.

02173-3 CIELO S.A 01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas incorporam os saldos das contas da Sociedade (controladora), das controladas Servinet, Servrede e CBGS Ltda. (até 31 de outubro de 2009) e das “joint ventures” CBGS (até 30 de novembro de 2009), CBGS S.A., Prevsauúde e Precisa (a partir de 28 de fevereiro de 2009). Na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os saldos e as transações entre essas Sociedades.

Os componentes de ativo, passivo, receitas e despesas das “joint ventures” CBGS (incorporada em 30 de novembro de 2009), CBGS S.A., Prevsauúde e Precisa foram incluídos proporcionalmente à participação da controladora no capital social destas.

A conversão para reais do balanço patrimonial da filial em Grand Cayman, preparado originalmente em dólares norte-americanos, foi efetuada com base nas taxas correntes do câmbio de fechamento nas datas dos balanços e a do resultado com base nas taxas médias do câmbio de fechamento no encerramento de cada mês.

4.1. Controladas diretas (controle individual)

A lista a seguir apresenta as participações nas subsidiárias consolidadas:

	Participação - %			
	Capital total		Capital votante	
	<u>30.06.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>30.06.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Controladas diretas:				
Servinet	99,99	99,99	99,99	99,99
Servrede	99,99	99,99	99,99	99,99

02173-3 CIELO S.A 01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4.2. “Joint ventures” (empresas com controle compartilhado)

As participações nas “joint ventures” incluem a CBGS (até 31 de dezembro de 2009), a CBGS S.A., a Prevsáude e a Precisa (a partir de 28 de fevereiro de 2009), conforme tabela a seguir:

	Participação - %			
	Capital total		Capital votante	
	<u>30.06.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>30.06.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
“Joint ventures”:				
CBGS S.A.	40,95	40,95	40,95	40,95
Prevsáude	40,95	40,95	40,95	40,95
Precisa	40,95	40,95	40,95	40,95

As informações financeiras condensadas das “joint ventures” foram consolidadas pelo método de consolidação proporcional. A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos e passivos das controladas:

	<u>CBGS</u> <u>30.06.2010</u>
Ativo:	
Circulante	21.739
Não circulante	<u>21.161</u>
Total do ativo	<u>42.900</u>
Passivo:	
Circulante	4.937
Não circulante	1.624
Patrimônio líquido	<u>36.339</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>42.900</u>
Resultado:	
Receita bruta	19.958
Lucro bruto	3.166
Lucro operacional	230
Resultado antes dos impostos e das contribuições sobre o lucro	851
Lucro do semestre	455

02173-3 CIELO S.A 01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30.06.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Caixa e bancos:		
Moeda nacional	10.331	1.945
Moeda estrangeira	2.690	12.456
Aplicações financeiras:		
Debêntures compromissadas (a)	47.749	58.085
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (a)	147.730	439.479
“Money Market Deposit Account” - MMDA (b)	<u>2.541</u>	<u>2.315</u>
Total	<u>211.041</u>	<u>514.280</u>

Os saldos de caixa e bancos são constituídos por fundo fixo de caixa e valores disponíveis em contas bancárias no Brasil e no exterior, substancialmente representados por montantes depositados pelas instituições financeiras emissoras de cartões de crédito, sendo tais valores utilizados para a liquidação financeira das transações com os estabelecimentos.

As aplicações financeiras têm as seguintes características:

- (a) Em 30 de junho de 2010 e 31 de dezembro de 2009, as aplicações financeiras em debêntures e CDBs foram rentabilizadas, em média, a 103,1% e 102,4%, respectivamente, do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- (b) Os recursos aplicados no exterior (Nova York - EUA) em MMDA são rentabilizados a uma taxa prefixada de 0,1% ao ano.

As aplicações financeiras mencionadas têm liquidez imediata e seus valores de mercado não diferem dos valores contabilizados.

6. CONTAS A RECEBER OPERACIONAL

	<u>30.06.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
	<u>0</u>	<u>9</u>
Antecipação de recebíveis (a)	1.645.541	1.164.376
Trava de domicílio bancário (b)	2.538	2.333
Prestação de serviços de interconexão de rede eletrônica entre operadoras de saúde (c)	4.295	4.534
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços (d)	3.462	3.351
Outras contas a receber	<u>14.631</u>	<u>4.190</u>
Total	<u>1.670.467</u>	<u>1.178.784</u>

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (a) A Sociedade iniciou em 1º de setembro de 2008 e 5 de janeiro de 2009 a prestação de serviços de antecipação de recebíveis dos créditos à vista e parcelados, respectivamente, à sua rede de estabelecimentos comerciais credenciados. Em 30 de junho de 2010, o saldo corresponde às operações de antecipação de recebíveis realizadas que serão recebidas dos bancos emissores em até 360 dias da data de antecipação aos estabelecimentos comerciais.

Em 30 de junho de 2010, referido montante está líquido do ajuste a valor presente referente aos encargos incidentes no total de R\$59.742 (R\$35.266 em 31 de dezembro de 2009).

Os dez maiores estabelecimentos comerciais que efetuaram operações de antecipação de recebíveis representaram 32,6% do total da receita de antecipação de recebíveis no semestre findo em 30 de junho de 2010.

- (b) A Sociedade oferece aos bancos emissores o serviço de trava de domicílio bancário mediante autorização prévia do estabelecimento comercial para bloquear qualquer transferência de recebíveis desse estabelecimento para outro banco. Por esse serviço, a Sociedade recebe comissão, a qual é liquidada no mês subsequente à solicitação da trava de domicílio bancário pelos bancos emissores.
- (c) Contas a receber da controlada em conjunto CBGS S.A. decorrentes da prestação de serviços de interconexão de rede eletrônica, em plataforma tecnológica única, objetivando a troca de informações entre as operadoras de saúde e os prestadores de serviços médicos e hospitalares e quaisquer outros agentes do sistema de saúde suplementar e drogarias.
- (d) Contas a receber da Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - decorrentes da prestação de serviços de captura e processamento de cartões de vale-refeição e vale-transporte.

O saldo da rubrica “Contas a receber operacional”, por período de vencimento, está apresentado a seguir:

	<u>30.06.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
A vencer	1.657.385	1.175.302
Vencidos até 45 dias	<u>13.082</u>	<u>3.482</u>
Total	<u>1.670.467</u>	<u>1.178.784</u>

O saldo registrado na rubrica “Contas a receber operacional” está líquido da provisão para devedores duvidosos no montante de R\$1.559 em 30 de junho de 2010 e de R\$1.457 em 31 de dezembro de 2009.

02173-3	CIELO S.A	01.027.058/0001-91
---------	-----------	--------------------

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7. DIREITOS A RECEBER - SECURITIZAÇÃO NO EXTERIOR

Referem-se aos direitos a receber do Banco Bradesco S.A. e do Banco do Brasil S.A., contratados em julho de 2003, no montante de US\$500 milhões, dividido em US\$100 milhões e US\$400 milhões, respectivamente, com taxas de juros de 4,777% e 5,911% ao ano e prazo de vencimento de oito anos com amortizações trimestrais e carência de dois anos.

Em 30 de junho de 2010, o principal a receber do Banco Bradesco S.A. e do Banco do Brasil S.A. é de R\$129.908 (R\$206.295 em 31 de dezembro de 2009) e está totalmente classificado no ativo circulante em virtude dos prazos de liquidação.

Os juros são recebidos e pagos de forma antecipada, trimestralmente, e estão contabilizados nas rubricas “Juros a receber - securitização no exterior” e “Juros a pagar - securitização no exterior”, no montante de R\$2.039 (R\$2.914 em 31 de dezembro de 2009).

Esses direitos foram contratados com as mesmas taxas e prazos da obrigação da Sociedade para com a Brazilian Merchant Voucher Receivables Limited, sociedade de propósito específico constituída em Grand Cayman (nota explicativa nº 18).

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões não dedutíveis temporariamente e estão mantidos no não circulante.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. Os valores apresentados são revisados mensalmente.

02173-3 CIELO S.A 01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos em 30 de junho de 2010 e 31 de dezembro de 2009 é como segue:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	<u>30.06.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>30.06.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Diferenças temporárias:				
Provisão para contingências	137.228	124.338	49.402	44.762
Provisão para despesas diversas	14.753	27.949	5.310	10.065
Ajuste a valor presente do contas a receber de antecipação de recebíveis	6.119	8.816	2.203	3.174
Provisão para perdas com equipamentos POS	1.692	713	609	257
Provisão para perdas com gastos diferidos	<u>8.503</u>	<u>1.416</u>	<u>3.061</u>	<u>510</u>
Total	<u>168.295</u>	<u>163.232</u>	<u>60.585</u>	<u>58.768</u>

9. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação - %	30.06.2010		31.12.2009	
		<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Equipamentos POS (*)	33	686.766	(382.936)	303.830	271.394
Equipamentos de processamento de dados	20	28.336	(19.201)	9.135	9.171
Máquinas e equipamentos	10	68.626	(66.512)	2.114	3.798
Instalações	10	17.578	(10.450)	7.128	7.187
Móveis e utensílios	10	6.667	(3.287)	3.380	3.585
Veículos	20	<u>1.477</u>	<u>(322)</u>	<u>1.155</u>	<u>986</u>
Total		<u>809.450</u>	<u>(482.708)</u>	<u>326.742</u>	<u>296.121</u>

(*) Em 30 de junho de 2010 e 31 de dezembro de 2009, está contabilizada a provisão para perdas de equipamentos POS, nos montantes de R\$6.767 e R\$2.851, respectivamente, que está registrada como redutora do saldo da conta.

02173-3 CIELO S.A 01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A movimentação do imobilizado no semestre findo em 30 de junho de 2010 é como segue:

	<u>31.12.2009</u>	<u>Adições/ transferências</u>	<u>Baixas/ reversões</u>	<u>Depreciações</u>	<u>30.06.2010</u>
Equipamentos POS	274.245	116.730	(1.971)	(78.407)	310.597
Provisão para perdas com equipamentos POS	(2.851)	(3.916)	-	-	(6.767)
Equipamentos de processamento de dados	9.171	1.790	-	(1.826)	9.135
Máquinas e equipamentos	3.798	19	-	(1.703)	2.114
Instalações	7.187	1.021	(447)	(633)	7.128
Móveis e utensílios	3.585	92	(7)	(290)	3.380
Veículos	<u>986</u>	<u>339</u>	<u>(45)</u>	<u>(125)</u>	<u>1.155</u>
Total	<u>296.121</u>	<u>116.075</u>	<u>(2.470)</u>	<u>(82.984)</u>	<u>326.742</u>

Em 30 de junho de 2010 e 31 de dezembro de 2009, existem ativos imobilizados, advindos de operações de arrendamento financeiro, representados apenas por ativos classificados como equipamentos de processamento de dados com valores líquidos de R\$777 e R\$2.215. O prazo médio residual de depreciação desses equipamentos é de aproximadamente três anos. As depreciações dos equipamentos de informática adquiridos através de operações de arrendamento mercantil nos semestres findos em 30 de junho de 2010 e de 2009, registradas na rubrica “Despesas gerais e administrativas”, montam a R\$1.438 e R\$2.015.

Em 30 de junho de 2010 e 31 de dezembro de 2009, a Sociedade não possuía saldos de arrendamento financeiro a pagar.

10. ÁGIO

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 2 de janeiro de 2008 a CBGS Ltda. subscreveu na controlada em conjunto CBGS 693.480 novas ações ordinárias, sem valor nominal, pelo montante de R\$139.045, representando o valor justo na data.

Como parte do pagamento, a CBGS Ltda. entregou a totalidade das cotas representativas do capital social da CBGS S.A. pelo montante de R\$71.691, composto pelos ativos líquidos totais de R\$9.188, transferindo o ágio na aquisição dessas controladas originado quando da aquisição de terceiros e gerando um contas a pagar de R\$67.266 a ser integralizado em até dois anos, conforme detalhes na nota explicativa nº 1.

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O saldo do ágio no consolidado é apresentado líquido do estorno do ganho não realizado no consolidado pela transferência das cotas do capital social da CBGS S.A. no montante de R\$5.880, e também líquido da provisão de “impairment” do ágio constituída durante o exercício de 2008 no montante consolidado de R\$1.956.

Conforme a nota explicativa nº 1, em 16 de março de 2009 a controlada indireta CBGS adquiriu a totalidade das cotas representativas do capital social das empresas Prevsáude e Precisa. O valor do investimento registrado contabilmente pela CBGS inclui ágio na aquisição das cotas no montante de R\$10.753, o qual está fundamentado na expectativa de lucratividade futura daquelas Sociedades, em face do acréscimo operacional previsto para os próximos anos.

A composição analítica dos ágios em 30 de junho de 2010 está apresentada a seguir:

	<u>Ágio</u>	<u>Participação - %</u>	<u>Líquido</u>
CBGS	25.631	100,00	25.631
Prevsáude	7.765	40,95	3.180
Precisa	3.557	40,95	<u>1.457</u>
			30.268
Lucro não realizado			(5.880)
Provisão para perda			<u>(1.956)</u>
Total			<u>22.432</u>

11. INTANGÍVEL

		30.06.2010		31.12.2009
	Taxa anual de amortização - %	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Líquido</u>
Software (*)	20	<u>99.975</u>	<u>(64.706)</u>	<u>35.269</u>
				<u>41.284</u>

(*) Refere-se a itens adquiridos de terceiros e utilizados na prestação de serviços de processamento de informações e transações comerciais de clientes. Não há software individualmente relevante em 30 de junho de 2010.

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A movimentação do intangível no semestre findo em 30 de junho de 2010 é como segue:

	<u>31.12.2009</u>	<u>Adições/ transferências</u>	<u>Baixas/ reversões</u>	<u>Amortizações</u>	<u>30.06.2010</u>
Software	<u>41.284</u>	<u>1.846</u>	<u>(26)</u>	<u>(7.835)</u>	<u>35.269</u>

As despesas com amortização de intangível foram incluídas na rubrica “Despesas gerais e administrativas” na demonstração do resultado.

12. TRANSAÇÕES PENDENTES DE REPASSE

Os valores devidos pelos portadores de cartões de crédito por intermédio dos bancos emissores e os valores a serem repassados aos estabelecimentos comerciais estão registrados em contas de compensação. Em 30 de junho de 2010, os saldos correspondem a R\$25.356.819 (R\$25.963.741 em 31 de dezembro de 2009) e R\$26.235.535 (R\$26.631.263 em 31 de dezembro de 2009), respectivamente.

Adicionalmente à prestação de serviço de repasse dos montantes transacionados nos cartões de crédito entre os bancos emissores e os estabelecimentos comerciais, a Sociedade também garante aos estabelecimentos comerciais afiliados ao sistema que eles receberão de qualquer forma os repasses das transações de cartões de crédito.

A Sociedade dispõe de instrumento para mitigação de risco de crédito dos bancos emissores dos cartões da bandeira VISA, com o intuito de proteger-se quanto a eventual risco de “default” dessas instituições, que prevê a solicitação de garantias (reais ou bancárias) considerando o risco de crédito do banco emissor, os volumes das vendas realizadas com os cartões da bandeira VISA e o risco residual da inadimplência dos portadores dos cartões de crédito. O fornecimento das garantias é obrigatório para todos os bancos emissores classificados com risco de crédito e os valores são revistos periodicamente pela bandeira VISA e pela Sociedade. Caso não sejam oferecidas as garantias solicitadas, o banco emissor não é aceito como membro do sistema ou perde essa condição. O sistema de garantias do negócio tem a finalidade de assegurar aos estabelecimentos comerciais que receberão os valores das transações realizadas com os cartões da bandeira VISA. Os bancos emissores garantem a Sociedade contra eventual inadimplência dos portadores e ela garante o estabelecimento contra eventual inadimplência caso o banco emissor sofra intervenção pelo Banco Central do Brasil - BACEN. A Visa International Service Association gerencia o sistema de garantias que são exigidas dos bancos emissores nesse processo, além de ser a garantidora final do sistema, inclusive da Sociedade.

Com base no valor irrelevante de histórico de perdas da Sociedade com problemas de

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

inadimplência de bancos emissores e atuais riscos de crédito dessas instituições financeiras, a Sociedade estima que o valor justo das garantias aos estabelecimentos comerciais não é relevante e, portanto, não é contabilizado como passivo.

13. CONTAS A PAGAR A ESTABELECIMENTOS

O montante de R\$878.716 em 30 de junho de 2010 (R\$667.522 em 31 de dezembro de 2010) corresponde à diferença entre os valores recebidos dos portadores dos cartões VISA por intermédio dos bancos emissores e os montantes a serem repassados aos estabelecimentos. De forma geral, o prazo de recebimento dos emissores é de 27 dias e o prazo médio de liquidação aos estabelecimentos comerciais é de 30 dias a partir da data da transação. Portanto, esse saldo a pagar em 30 de junho de 2010 corresponde ao “float” de aproximadamente três dias.

14. FORNECEDORES

	<u>30.06.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Fornecedores	49.185	66.156
Provisão para pagamento a fornecedores	<u>76.230</u>	<u>50.287</u>
Total	<u>125.415</u>	<u>116.443</u>

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>30.06.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Imposto de renda e contribuição social, líquidos de antecipações efetuadas	239.902	388.289
Imposto Sobre Serviços - ISS	4.336	6.098
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	4.929	5.016
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	12.303	13.928
Programa de Integração Social - PIS	4.852	3.051
Outros tributos a recolher	<u>332</u>	<u>563</u>
Total	<u>266.654</u>	<u>416.945</u>

02173-3 CIELO S.A 01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	<u>30.06.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Passivo circulante:		
Provisão para despesas diversas	16.278	21.861
Provisão para férias e 13º salário e encargos	23.731	19.503
Participação dos colaboradores e diretores	19.813	36.619
Outros valores a pagar	<u>1.121</u>	<u>2.058</u>
Total	<u>60.943</u>	<u>80.041</u>
Passivo não circulante-		
Outros valores a pagar	<u>3.992</u>	<u>233</u>

17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Provisão para contingências

A Sociedade e suas coligadas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias e trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes e quanto às ações trabalhistas e cíveis, bem como na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	<u>31.12.2009</u>	<u>Adições</u> <u>(a)</u>	<u>Baixas/</u> <u>reversões</u> <u>(b)</u>	<u>Atualização</u> <u>monetária</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>30.06.2010</u>
Fiscais	484.446	67.997	(17.455)	294	-	535.282
Cíveis	11.368	2.192	(1.732)	870	(218)	12.480
Trabalhistas	<u>15.764</u>	<u>1.323</u>	<u>(2.174)</u>	<u>366</u>	<u>-</u>	<u>15.279</u>
	<u>511.578</u>	<u>71.512</u>	<u>(21.361)</u>	<u>1.530</u>	<u>(218)</u>	<u>563.041</u>

(a) Correspondem substancialmente ao complemento da provisão para contingências no semestre findo em 30 de junho de 2010, referente a tributos com exigibilidade suspensa, registrada em contrapartida de “Despesas gerais e administrativas” e “Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (b) Substancialmente representadas pela reversão de provisão para contingências fiscais, em virtude de prescrição ou mudança de opinião quanto ao risco de perda pelos assessores jurídicos da Sociedade.

Processos cíveis

Referem-se substancialmente à cobrança de transações realizadas por meio do sistema da Sociedade que não foram repassadas aos estabelecimentos comerciais em virtude do descumprimento de cláusulas que compõem o contrato de afiliação, adicionadas de indenizações pelos prejuízos causados pelas transações não repassadas à época.

Adicionalmente, em 30 de junho de 2010, existem ações cíveis públicas e inquéritos civis, geralmente movidos pelo Ministério Público ou entidades de classe, cuja intenção é defender interesses coletivos (como direitos do consumidor e direitos trabalhistas). As decisões pronunciadas pela Justiça nesses casos podem conceder direito a grupos de pessoas (mesmo sem sua concordância). Em muitas situações, a definição do grupo que aproveitará uma eventual decisão favorável só é feita após a decisão final.

Em 30 de junho de 2010, a provisão para perdas prováveis em ações cíveis é de R\$12.480.

Processos trabalhistas

Incluem diversas demandas trabalhistas que, em 30 de junho 2010, incluíam 169 ações trabalhistas contra a Cielo e 76 contra a Servinet, das quais 94 haviam sido movidas por ex-empregados. As ações trabalhistas restantes, 151 no total, foram movidas por empregados de terceiros contratados, alguns dos quais pleiteando o reconhecimento de vínculo empregatício.

As ações trabalhistas, quando iniciadas, são consideradas possíveis. Somente após decisão do Tribunal elas são reclassificadas para prováveis ou remotas, dependendo do teor da decisão e considerando o histórico de perdas em ações trabalhistas similares. Em geral, as ações trabalhistas são referentes a equiparação salarial, horas extras, reflexo do bônus anual, enquadramento sindical, reconhecimento de vínculo, estabilidade decorrente de doença profissional e dano moral, considerando o histórico de perda.

Em 30 de junho de 2010, a provisão para perdas prováveis em ações trabalhistas é de R\$15.279.

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Processos tributários

Correspondem à divergência de interpretação em relação à autoridade fiscal, substancialmente quanto a:

- PIS - não-cumulatividade - a Sociedade, desde janeiro de 2003, está questionando judicialmente a majoração da alíquota de apuração do PIS para 1,65%. Consequentemente, desde então a diferença entre a alíquota do PIS calculada pela sistemática cumulativa e pela não cumulativa vem sendo registrada como provisão para contingências. Os montantes não recolhidos desse tributo estão sendo depositados judicialmente. Em 30 de junho de 2010, o valor dessa provisão para contingências é de R\$87.459 (controladora e consolidado) e do depósito judicial é de R\$92.244 (controladora e consolidado). A ação movida pela Sociedade foi ajuizada na 2ª Vara da Justiça Federal de São Bernardo do Campo, o acórdão transitou em julgado e estão sendo aguardadas a execução da sentença e a conversão do depósito em renda da União, limitado ao valor do saldo devedor do PIS - não cumulatividade e a diferença de R\$4.785 será levantada em favor da Sociedade.
- COFINS - não-cumulatividade - a Sociedade e sua controlada Servinet, em fevereiro de 2004, impetraram mandado de segurança visando afastar a exigibilidade da COFINS nos moldes da Lei nº 10.833/03, que introduziu a sistemática de apuração no método não cumulativo à alíquota de 7,60%, e passaram a efetuar o depósito judicial dos valores apurados mensalmente. Como consequência, desde então a diferença de alíquota calculada pela sistemática cumulativa e pela não cumulativa vem sendo registrada como provisão para contingências. Os montantes não recolhidos desse tributo estão sendo depositados judicialmente. Em 30 de junho de 2010, o valor dessa provisão para contingências é de R\$402.921 - controladora (R\$423.477 - consolidado) e o saldo do depósito judicial é de R\$393.013 - controladora (R\$414.210 - consolidado). A ação encontra-se no Supremo Tribunal Federal aguardando julgamento.
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS sobre importação - em 2003, a Sociedade, por meio de mandado de segurança e da defesa de autos de infração que tratam do desembaraço aduaneiro de equipamentos POS adquiridos no exterior e destinados a integrar o seu ativo imobilizado, pleiteou a não-incidência de ICMS. Em 30 de junho de 2010, o valor dessa provisão para contingências é de R\$6.007 (controladora e consolidado) e do depósito judicial é de R\$2.825 (controladora e consolidado). As ações movidas pela Sociedade foram ajuizadas na 1ª, 3ª, 6ª, 7ª, 10ª, 13ª e 14ª Varas da Fazenda Pública do Estado de São Paulo e os autos estão aguardando julgamento.

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM - em 2007, a controladora sofreu auto de infração referente ao ano-calendário 2002, exercício 2003. A Receita Federal do Brasil alega a não-apresentação do Pedido de Revisão de Ordem de Emissão de Incentivos Fiscais - PERC nos prazos requeridos e, assim, não reconhece a parcela do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ destinado ao FINAM. Está sendo aguardada a distribuição do Recurso Voluntário para a Câmara do 1º Conselho de Contribuintes. Em 30 de junho de 2010, o valor da provisão para contingências constituída é de R\$11.248 (controladora e consolidado).

A Sociedade e suas controladas possuem outras divergências de interpretação em relação às autoridades fiscais e, para isso, têm provisões para contingências constituídas em 30 de junho de 2010 nos montantes de R\$95 (controladora) e de R\$7.091 (consolidado).

A Administração da Sociedade e de suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que o efetivo desembolso de referidas provisões não ocorrerá antes de 2015.

Adicionalmente, em 30 de junho de 2010, a Sociedade e suas controladas possuem ações fiscais, cíveis e trabalhistas envolvendo riscos de possíveis perdas, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, como segue:

Fiscais	86.752
Cíveis	85.712
Trabalhistas	<u>12.113</u>
Total	<u>184.577</u>

b) Depósitos judiciais

Em 30 de junho de 2010, a Sociedade e suas controladas mantêm depósitos judiciais vinculados às provisões tributárias, trabalhistas e cíveis, os quais estão assim demonstrados:

Fiscais	518.795
Cíveis	3.528
Trabalhistas	<u>71</u>
Total	<u>522.394</u>

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

18. OBRIGAÇÕES A PAGAR - SECURITIZAÇÃO NO EXTERIOR

Referem-se à operação de securitização descrita nas notas explicativas nº 1 e nº 7, representando a obrigação de a Sociedade entregar os direitos creditórios denominados em moeda estrangeira gerados ou a serem gerados por ela contra a Visa International Service Association, decorrente, principalmente, de operações de compra de bens/serviços com cartões de crédito e de débito da bandeira VISA nos estabelecimentos comerciais brasileiros realizadas por pessoas físicas residentes e domiciliadas no exterior, que foram objeto de contrato de cessão de fluxo futuro de direitos creditórios para a Brazilian Merchant Voucher Receivables Limited, sociedade de propósito específico constituída em Grand Cayman, que emitiu títulos no mercado internacional, lastreados nos recebíveis cedidos pela Sociedade.

Conforme as disposições do contrato multilateral (“Indenture”) firmado para viabilizar a emissão, a Brazilian Merchant Voucher Receivables Limited pagará a totalidade de suas obrigações referentes à operação de securitização, por meio do fluxo de recebíveis denominados em moeda estrangeira contra a Visa International Service Association.

Os bancos participantes dessa operação (Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A.) firmaram acordo de garantia cruzada pelo qual, no caso de inadimplência de um deles, a outra parte garante a operação, tendo o direito de exercer a opção de compra de ações sobre o total ou uma porção da participação do banco inadimplente no capital social da Sociedade.

A amortização da parcela registrada no passivo circulante em 30 de junho de 2010 tem vencimento até o primeiro semestre de 2011, sendo o cronograma de pagamento das parcelas do curto prazo igual ao divulgado na nota explicativa nº 7.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social em 30 de junho de 2010 está representado por 1.364.783.800 ações ordinárias, todas subscritas e integralizadas. Conforme mencionado no item (e) a seguir, com a recompra de 4.720.300 ações, a quantidade de ações em circulação em 30 de junho de 2010 é de 1.360.063.500.

Conforme Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizadas em 30 de abril de 2010, foi aprovado o aumento do capital social da Sociedade no montante de R\$24.621, sem a emissão de novas ações, que passou de R\$75.379 para R\$100.000. Para a efetivação do aumento do capital social foi utilizada a totalidade do saldo da reserva legal, no montante de R\$15.076, bem como o montante de R\$9.545 proveniente da reserva de retenção de lucros.

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Reserva de capital e ações em tesouraria

b.1) Reserva de capital

A rubrica “Reserva de capital” representa os custos com remuneração baseada em ações e os ágios nas subscrições de ações referentes às contribuições de capital por acionistas que ultrapassaram a importância destinada à formação do capital social.

O saldo da reserva de capital em 30 de junho de 2010 é de R\$77.535.

b.2) Ações em tesouraria

Em 23 de novembro de 2009, o Conselho de Administração da Sociedade, em consonância com as disposições do artigo 17 do seu Estatuto Social, do artigo 30 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 10/80, conforme alterada, e da Instrução CVM nº 358/02 e suas alterações posteriores, aprovou a aquisição de até 6.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, de sua própria emissão, para cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria e, em especial, para atender ao exercício das opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Sociedade, sem redução de capital social, dentro do prazo de 180 dias a partir daquela data, com encerramento, portanto, no dia 21 de maio de 2010. Adicionalmente, essas aquisições de ações de emissão pela própria Sociedade estão limitadas ao saldo disponível na conta de reserva de capital apurada durante o exercício social, observado os artigos 1º e 12º da Instrução CVM nº 10/80.

Cabe à Administração da Sociedade definir a oportunidade e a quantidade de ações a ser adquirida, dentro dos limites autorizados.

A posição de ações em tesouraria em 30 de junho de 2010 é como segue:

<u>Mês da recompra</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Valor</u>	<u>Custo médio - R\$ por ação</u>
Novembro de 2009	513.100	8.212	16,00
Dezembro de 2009	4.019.200	61.016	15,18
Maio de 2010	<u>188.000</u>	<u>3.001</u>	15,96
	<u>4.720.300</u>	<u>72.229</u>	

As ações adquiridas serão mantidas em tesouraria para posterior alienação, cancelamento ou utilização no futuro exercício das opções de compra de ações outorgadas aos administradores e colaboradores da Sociedade.

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c) Reservas de lucros: legal e orçamento de capital

c.1) Reserva legal

A rubrica “Reserva de lucros - legal” representa os montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento de cada semestre, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

O saldo da reserva de lucros - legal em 30 de junho de 2010 é de R\$ 20.000.

c.2) Reserva de orçamento de capital

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizadas em 30 de março de 2010, foi aprovada a proposta de orçamento de capital feita pela Administração da Sociedade, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e do artigo 5º, parágrafo único, da Instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008. A referida reserva tem por finalidade permitir futura aquisição, pela Sociedade, de ações de sua própria emissão.

O saldo da reserva de orçamento de capital em 30 de junho de 2010 é de R\$ 143.836.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Dividendos são reconhecidos como passivo no momento em que os dividendos são aprovados pelos acionistas da Sociedade. Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo de 50% sobre os lucros auferidos, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, até que essa reserva atinja 20% do capital social. O eventual saldo remanescente de lucro líquido do exercício societário será destinado de acordo com a deliberação da Assembleia Geral. A Sociedade registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito anteriormente.

Durante reunião do Conselho de Administração realizada em 4 de março de 2010, foi deliberada a distribuição do saldo de lucros, com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2009, no montante de R\$613.516, sendo R\$9.741 a título de juros sobre o capital próprio e R\$603.775 a título de dividendos. Esses valores foram pagos aos acionistas em 31 de março de 2010.

02173-3 CIELO S.A 01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

20. LUCRO POR AÇÃO

a) Movimentação do número de ações ordinárias

<u>Ações emitidas</u>	<u>Ordinárias</u>
Ações em 30 de junho de 2009	1.364.783.800
Recompra de ações para tesouraria - novembro de 2009	(513.100)
Recompra de ações para tesouraria - dezembro de 2009	<u>(4.019.200)</u>
Ações em 31 de dezembro de 2009	1.360.251.500
Recompra de ações para tesouraria - maio de 2010	<u>(188.000)</u>
Ações em 30 de junho de 2010	<u>1.360.063.500</u>

(*) Considerando o desdobramento de ações de 1 para 2, ocorrido em 22 de setembro de 2008.

b) Lucro por ação

Conforme requerido pelo IAS 33 - Resultados por ações, nas tabelas a seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e o diluído.

Lucro básico

	<u>30.06.2010</u>	<u>30.06.2009</u>
Lucro líquido do semestre disponível para as ações ordinárias	897.933	698.013
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	<u>1.360.220</u>	<u>1.364.784</u>
Lucro por ação (em R\$) - básico	<u>0,6601</u>	<u>0,5114</u>

02173-3 CIELO S.A 01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Lucro diluído

	<u>30.06.2010</u>	<u>30.06.2009</u>
Lucro líquido do semestre disponível para as ações ordinárias	897.933	698.013
Denominador diluído:		
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	1.360.220	1.364.784
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opção de ações	<u>896</u>	<u>-</u>
Total (em milhares)	<u>1.361.116</u>	<u>1.364.784</u>
Lucro por ação (em R\$) - diluído	<u>0,6597</u>	<u>0,5114</u>

21. DESPESAS POR NATUREZA

A Sociedade optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função. Conforme requerido pelo IFRS, o detalhamento dos custos dos serviços prestados e das despesas operacionais líquidas por natureza está apresentado a seguir:

	<u>30.06.2010</u>	<u>30.06.2009</u>
Despesas com pessoal	121.318	104.790
Depreciações e amortizações	90.819	71.428
Serviços profissionais	342.700	325.825
Outras despesas	<u>156.099</u>	<u>129.254</u>
Total	<u>710.936</u>	<u>631.297</u>
Classificadas como:		
Custo dos serviços prestados	509.117	440.588
Despesas de pessoal	74.483	62.082
Despesas gerais e administrativas	66.469	56.708
Marketing	57.467	26.949
Outras despesas operacionais	<u>3.400</u>	<u>44.970</u>
Total	<u>710.936</u>	<u>631.297</u>

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

22. FILIAL NO EXTERIOR

A Sociedade efetua operações (nota explicativa nº 1) por meio de sua filial em Grand Cayman, Ilhas Britânicas Ocidentais. O saldo das contas patrimoniais e do resultado das operações dessa filial, em 30 de junho de 2010, consolidado com as contas da Sociedade (matriz), após eliminações, é o seguinte: ativos circulante e não circulante de R\$138.739 (R\$215.800 em 31 de dezembro de 2009), passivos circulante e não circulante de R\$131.947 (R\$209.270 em 31 de dezembro de 2009) e patrimônio líquido de R\$6.792 (R\$6.529 em 31 de dezembro de 2009). O lucro líquido do semestre findo em 30 de junho de 2010 foi de R\$263 (R\$686 em 30 de junho de 2009).

No semestre findo em 30 de junho de 2010, o ganho da variação cambial sobre a tradução das informações financeiras da filial em Grand Cayman, de R\$53 (R\$1.053 em 30 de junho de 2009), foi registrado na rubrica “Resultado financeiro”.

23. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

No curso habitual das atividades e em condições de mercado, são mantidas pela Sociedade operações com partes relacionadas, tais como contas a receber dos emissores, que são conglomerados financeiros dos quais os acionistas controladores detêm participação social, bem como despesas e receitas com serviços prestados pela Servinet e pela CBGS S.A.

A Sociedade, na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços, cabendo a decisão pela realização das transações, independentemente de estas serem realizadas entre partes relacionadas ou não, ao responsável da área que motivou a contratação do produto ou serviço.

Ainda, a natureza das atividades da Sociedade faz com que ela celebre contratos com diversos emissores, sendo alguns deles seus acionistas diretos ou indiretos. A Sociedade acredita que em todos os contratos firmados com suas partes relacionadas são observadas condições equânimes de mercado (“arms-length basis”).

02173-3 CIELO S.A 01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As tabelas a seguir incluem o valor, discriminado por modalidades de contrato, acionistas e controladas, das operações com partes relacionadas em que a Sociedade participa, relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2010 e de 2009 e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009:

	30.06.2010					
	Acionistas			Controladas		
	Banco Bradesco S.A.	Banco do Brasil S.A.	Outros	Servinet	CBGS S.A.	Total
Ativos (passivos):						
Aplicações financeiras (a)	5.791	44.383	42.423	-	-	92.597
Contas a receber operacional:						
Serviços de prevenção à fraude	126	422	58	-	-	606
Serviços de trava de domicílio bancário	539	87	563	-	-	1.189
Direitos a receber - securitização no exterior (b)	73.074	58.873	-	-	-	131.947
Contas a receber de controlada	-	-	-	-	352	352
Contas a pagar a controlada	-	-	-	(5.819)	-	(5.819)

	31.12.2009					
	Acionistas			Controladas		
	Banco Bradesco S.A.	Banco do Brasil S.A.	Outros	Servinet	CBGS S.A.	Total
Ativos (passivos):						
Aplicações financeiras	58.885	281.694	159.050	-	-	499.629
Contas a receber operacional:						
Serviços de prevenção à fraude	144	154	191	-	-	489
Serviços de trava de domicílio bancário	592	90	788	-	-	1.470
Direitos a receber - securitização no exterior	115.863	93.346	-	-	-	209.209
Contas a receber de controlada	-	-	-	5	2.554	2.559
Contas a pagar a controlada	-	-	-	(6.324)	-	(6.324)

02173-3 CIELO S.A 01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	30.06.2010					
	Acionistas			Controladas		
	Banco Bradesco S.A.	Banco do Brasil S.A.	Outros	Servinet	CBGS S.A.	Total
Receitas:						
Receitas de aplicações financeiras (a)	777	5.152	1.469	-	-	7.398
Receitas de prevenção à fraude	774	1.268	216	-	-	2.258
Receitas de trava de domicílio bancário	3.156	516	2.808	-	-	6.480
Receitas de serviços e aluguel de equipamentos POS	-	-	-	-	1.402	1.402
Despesas:						
Outras despesas operacionais - comissão de afiliação	(1.943)	(2.331)	(1.002)	-	-	(5.276)
Contratos de prestação de serviços com a Servinet (c)	-	-	-	(36.035)	-	(36.035)
Acordo de investimento com a CBGS	-	-	-	-	-	-
Acordo para pagamentos de verba de incentivo (d)	-	-	(3.671)	-	-	(3.671)
Contrato de seguro coletivo empresarial de assistência médica hospitalar e odontológica	(5.024)	-	-	-	-	(5.024)
Contrato de previdência privada (e)	(826)	(658)	-	-	-	(1.484)
Contrato de seguro de vida coletivo empresarial	(288)	-	-	-	-	(288)
30.06.2009						
	Acionistas			Controladas		
	Banco Bradesco S.A.	Banco do Brasil S.A.	Outros	Servinet	CBGS S.A.	Total
Receitas:						
Receitas de aplicações financeiras	12.773	4.344	12.301	-	-	29.418
Receitas de prevenção à fraude	726	987	2.600	-	-	4.313
Receitas de trava de domicílio bancário	2.026	457	18.298	-	-	20.781
Receitas de serviços e aluguel de equipamentos POS	-	-	-	-	846	846
Despesas:						
Outras despesas operacionais - comissão de afiliação	(5.816)	(5.255)	(2.707)	-	-	(13.778)
Contratos de prestação de serviços com a Servinet	-	-	-	(38.263)	-	(38.263)
Acordo de investimento com a CBGS	(24.300)	-	-	-	-	(24.300)
Acordo para pagamentos de verba de incentivo	-	-	(3.711)	-	-	(3.711)
Contrato de seguro coletivo empresarial de assistência médica hospitalar e odontológica	(3.863)	-	-	-	-	(3.863)
Contrato de previdência privada	(971)	(764)	(794)	-	-	(2.529)
Contrato de seguro de vida coletivo empresarial	-	-	(384)	-	-	(384)

(a) As aplicações financeiras, quanto a prazos, encargos e taxas de remuneração, foram realizadas em condições semelhantes às que seriam aplicáveis a partes não relacionadas.

02173-3 CIELO S.A 01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(b) Vide nota explicativa nº 7.

(c) A Sociedade contratou a Servinet para prestar serviços de instalação e manutenção dos equipamentos POS nos estabelecimentos comerciais. A remuneração prevista pelos serviços prestados é estabelecida com base nos custos incorridos pela Servinet quando da prestação dos referidos serviços, acrescidos de impostos e contribuições, bem como de margem de remuneração.

(d) Pagamento de incentivo a emissores de acordo com metas contratadas relacionadas à emissão de cartões com bandeira VISA.

(e) Vide nota explicativa nº 33.a).

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A seguir está demonstrada a taxa efetiva do imposto de renda e da contribuição social para os semestres findos em 30 de junho de 2010 e de 2009:

	<u>30.06.2010</u>	<u>30.06.2009</u>
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	1.369.065	1.072.823
Alíquotas vigentes	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	<u>(465.482)</u>	<u>(364.760)</u>
Benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio	3.312	-
Efeito de diferenças permanentes, líquidas (*)	<u>(8.962)</u>	<u>(10.050)</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(471.132)</u>	<u>(374.810)</u>
Correntes	(478.150)	(416.594)
Diferidos	7.018	41.784

(*) Representado substancialmente por provisões para contingências permanentemente indedutíveis na apuração do lucro real e da base negativa da contribuição social.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Sociedade foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Sociedade não efetua aplicações de caráter especulativo, nem em derivativos nem em nenhum outro ativo de risco.

- a) Os ativos e passivos financeiros da Sociedade são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber operacional, direitos a receber e obrigações a pagar de securitização no exterior, contas a pagar a estabelecimentos e fornecedores. Em 30 de junho de 2010, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

	30.06.2010	
	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	211.041	211.041
Contas a receber operacional	1.670.467	1.670.467
Direitos a receber - securitização no exterior	129.908	133.571
Obrigações a pagar - securitização no exterior	129.908	133.571
Fornecedores	125.415	125.415
Contas a pagar a estabelecimentos	878.716	878.716

O valor de mercado dos ativos financeiros e dos financiamentos de curto e longo prazos, quando aplicável, foi determinado utilizando taxas de juros correntes disponíveis para operações remanescentes com condições e vencimentos similares.

- b) Risco de crédito

A Sociedade dispõe de instrumento para mitigação de risco de crédito dos bancos emissores dos cartões VISA, com o intuito de proteger-se de eventual risco de “default” dessas instituições.

Esse instrumento de proteção está respaldado na obrigação assumida pela bandeira VISA, conforme estabelecido no regulamento internacional, em garantir o repasse aos estabelecimentos afiliados à Sociedade de todas as vendas realizadas com os cartões VISA nas respectivas datas de vencimento, caso ocorra inadimplência de um determinado emissor.

O modelo de garantia implementado pela bandeira VISA, em conjunto com a Sociedade, prevê a solicitação de garantias (reais ou bancárias) considerando o risco de crédito do emissor, os volumes das vendas realizadas com os cartões VISA e o risco residual da inadimplência dos portadores de cartões. O fornecimento das

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

garantias é obrigatório para todos os emissores classificados com risco de crédito e os valores são revistos periodicamente pela bandeira VISA e pela Sociedade. Caso não sejam oferecidas as garantias solicitadas, o emissor não é aceito como membro do sistema ou perde essa condição.

Aos estabelecimentos credenciados que não mantêm sistemas próprios para a captura eletrônica de transações, a Sociedade disponibiliza, mediante contrato de locação, o equipamento POS. O valor do aluguel é descontado, no seu vencimento, do montante das transações liquidadas pelos estabelecimentos. Entretanto, há a possibilidade de não-recebimento do valor do aluguel na data de vencimento em razão da inexistência de saldos a serem pagos aos estabelecimentos. Nesses casos, a Sociedade faz a gestão da cobrança desses valores por meio de débito de vendas futuras, conta corrente ou recuperação através de escritórios especializados na recuperação de créditos, podendo haver perdas dos valores de aluguel.

O sistema da bandeira VISA também prevê a possibilidade de que as transações efetuadas com cartões de crédito sejam contestadas pelos respectivos portadores, dentro de determinados prazos, contados da data da realização da transação. Para tanto, a Sociedade firma contrato de afiliação com todos os estabelecimentos credenciados no qual estão definidas todas as regras para aceitação dos cartões VISA no ponto-de-venda. Se ocorrerem contestações pelos portadores e o estabelecimento não mais estiver credenciado na data da reclamação ou não tiver valores a receber da Sociedade, será efetuada cobrança por meio de débito em conta corrente ou escritórios especializados na recuperação de créditos, existindo a possibilidade de perdas para a Sociedade.

c) Risco de fraude

A Sociedade utiliza um sofisticado sistema antifraude no monitoramento das transações efetuadas com cartões de crédito e de débito, que aponta e identifica transações suspeitas de fraude no momento da autorização e envia um alerta ao banco emissor do cartão para que este contate o portador do cartão.

d) Risco de taxa de câmbio

Os gastos efetuados por estrangeiros no Brasil com os cartões VISA são creditados pela Visa International Service Association à Sociedade no dia seguinte, convertidos em dólares norte-americanos pela PTAX de compra fixada pelo BACEN na data de realização dos gastos.

A Sociedade dispõe de operação de proteção contra oscilação de moedas, que consiste na pré-venda dos dólares norte-americanos a receber convertidos pela

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

mesma taxa de câmbio, o que reduz significativamente eventuais riscos de exposição de oscilação da moeda.

Não existem outras operações significativas em moeda estrangeira que possam causar variações relevantes no resultado da Sociedade, em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os demais ativos e passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano.

Em 30 de junho de 2010, a exposição líquida ao risco da taxa de câmbio em milhares de dólares norte-americanos é como segue:

	<u>US\$ mil</u>
Ativo:	
Caixa e bancos	1.486
Aplicações financeiras	1.411
Direitos a receber - securitização no exterior	<u>72.143</u>
Passivo:	
Contas a pagar a estabelecimentos comerciais	(3.082)
Obrigações a pagar - securitização no exterior	<u>(72.143)</u>
Posição vendida de dólares norte-americanos	<u>(185)</u>

e) Risco de taxa de juros

Os resultados da Sociedade estão suscetíveis a variações significativas decorrentes das operações de aplicações financeiras contratadas a taxas de juros flutuantes.

De acordo com suas políticas financeiras, a Sociedade vem aplicando seus recursos em instituições financeiras de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

f) Análise sensitiva de variações na taxa de juros - aplicações financeiras

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Sociedade são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI. Em 30 de junho de 2010, estimando um aumento ou uma redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de juros, haveria aumento ou redução das receitas financeiras de aproximadamente R\$1.206, R\$3.017 e R\$6.034, respectivamente. Esse montante foi calculado considerando o impacto de aumentos ou reduções hipotéticos nas taxas de juros sobre o saldo médio das aplicações financeiras em 2010.

02173-3 CIELO S.A 01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

g) Derivativos

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2010 e de 2009, a Sociedade não manteve operações com instrumentos financeiros na forma de derivativos.

h) Instrumentos financeiros por categoria

<u>Ativo</u>	<u>Empréstimos e recebíveis</u>	
	<u>30.06.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Caixa e equivalentes de caixa	211.041	514.280
Contas a receber operacional	1.670.467	1.178.784
Direitos a receber - securitização no exterior	<u>129.908</u>	<u>163.850</u>
Total	<u>2.011.416</u>	<u>1.856.914</u>

<u>Passivo</u>	<u>Outros passivos financeiros</u>	
	<u>30.06.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Contas a pagar a estabelecimentos	878.716	667.522
Fornecedores	125.415	116.443
Obrigações a pagar - securitização no exterior	<u>129.908</u>	<u>163.911</u>
Total	<u>1.134.039</u>	<u>947.876</u>

26. COMPROMISSOS

A Sociedade tem como principais atividades os serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e de débito da bandeira VISA. Para viabilizar tais atividades, a Sociedade celebrou os seguintes contratos:

a) Contratos de aluguel

Em 30 de junho de 2010, com base nos contratos vigentes, são os seguintes os pagamentos anuais futuros estimados de aluguel:

<u>Ano</u>	
2010 (a partir de julho)	3.068
2011	6.409
2012	<u>6.730</u>
Total	<u>16.207</u>

A maioria dos contratos possui cláusula de multa rescisória, com caução de três

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

aluguéis, podendo a devolução parcial ser negociada em cada caso.

- b) Fornecedores de telecomunicações, tecnologia (processamento de transações) e logística

Em 30 de junho de 2010, com base nos contratos vigentes, são os seguintes os pagamentos futuros estimados de fornecedores de telecomunicações, tecnologia e logística:

Ano

2010 (a partir de julho)	363.435
2011	643.960
2012	<u>676.158</u>
Total	<u>1.683.553</u>

Os contratos de captura e processamento de transações preveem multas rescisórias no valor total de R\$109.931. Para telecomunicações, os contratos variam conforme a demanda operacional, não sendo possível estabelecer um prazo médio, havendo uma multa rescisória média de R\$4.916. Os contratos de logística estão vigentes desde junho de 2007, com prazo mínimo de 12 meses, tendo como multa rescisória o valor de R\$7.414.

27. PARTICIPAÇÃO DOS COLABORADORES E ADMINISTRADORES NO LUCRO

A Sociedade e suas controladas concedem participação nos lucros a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício social.

Os valores de participação dos colaboradores e administradores no lucro dos semestres findos em 30 de junho de 2010 e de 2009 foram registrados na rubrica “Despesas de pessoal” na demonstração do resultado e estão apresentados como segue:

	<u>30.06.2010</u>	<u>30.06.2009</u>
Colaboradores	16.012	12.851
Administradores	<u>3.801</u>	<u>4.332</u>
Total	<u>19.813</u>	<u>17.183</u>

02173-3 CIELO S.A 01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

28. REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E EXECUTIVOS

	30.06.2010				
	Remuneração			Outorga de opções	
	Fixa	Variável	Total	Saldo de opções (a)	Preço de exercício (b)
Diretores estatutários	1.890	6.096	7.986	1.188.500	13,13
Conselho de Administração	<u>346</u>	-	<u>346</u>	-	-
Total	<u>2.236</u>	<u>6.096</u>	<u>8.332</u>	<u>1.188.500</u>	<u>13,13</u>

(a) Refere-se à quantidade de opções outorgadas e não exercidas até 30 de junho de 2010.

(b) Refere-se ao preço médio ponderado de exercício das opções à época das outorgas.

29. RESULTADO FINANCEIRO

	30.06.2010	30.06.2009
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	12.066	29.462
Juros sobre postergação de recebíveis	2.711	2.286
Juros de securitização no exterior	6.478	13.450
Reversão de multa e juros de contingências	9.806	3.937
Outras receitas financeiras	<u>350</u>	<u>119</u>
	31.411	49.254
Despesas financeiras:		
Juros de securitização no exterior	(6.478)	(13.450)
Juros de mora e multas	(151)	(1.759)
Multas e juros de contingências	(7.689)	(2.923)
Juros sobre antecipação de intercâmbio	(5.240)	(2.048)
Outras despesas financeiras	<u>(1.614)</u>	<u>(1.969)</u>
	(21.172)	(22.149)
Antecipação de recebíveis:		
Receita com antecipação de recebíveis (a)	204.440	102.910
Despesa de ajuste a valor presente (b)	<u>(58.574)</u>	<u>(35.861)</u>
	145.866	67.049
Variação cambial, líquida (c)	<u>697</u>	<u>831</u>
Total	<u>156.802</u>	<u>94.985</u>

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (a) A receita com antecipação de recebíveis no semestre findo em 30 de junho de 2010, é composta pela receita oriunda do volume das transações negociadas durante o semestre findo naquela data no valor de R\$170.342, acrescido da receita reconhecida pela fluência dos prazos, anteriormente ajustadas a valor presente até 31 de dezembro de 2009, no valor de R\$ 34.098, dentro do período de sua competência.
- (b) Conforme descrito na nota explicativa nº 6.(a), o ajuste a valor presente registrado nas demonstrações financeiras consolidadas foi calculado sobre as operações de antecipações de recebíveis. As seguintes premissas foram adotadas no referido cálculo:

- As taxas de juros utilizadas foram aquelas contratadas nas operações e são de até 4,95% ao mês.
- Os cálculos foram efetuados individualmente, descontando-se os fluxos de caixa de cada um dos recebíveis registrados.

A Administração da Sociedade reconheceu o ajuste a valor presente do saldo de contas a receber em virtude da materialidade dos valores objeto do ajuste, das taxas de juros contratadas e dos prazos das operações.

Mensalmente, a Administração revisa as premissas mencionadas e as variações são consignadas ao resultado do semestre.

- (c) Decorre basicamente dos valores recebidos em dólares norte-americanos da Visa International Service Association referentes a transações com cartões estrangeiros, de crédito e débito, da operação de securitização no exterior e de ganhos e perdas em contas originalmente registradas em moeda estrangeira, representadas por receita no montante de R\$1.849 (R\$1.884 em 30 de junho de 2009) e despesa no montante de R\$1.152 (R\$1.053 em 30 de junho de 2009).

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

30. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

Estão representadas por:

	Consolidado	
	<u>30.06.2010</u>	<u>30.06.2009</u>
Multa por distrato com prestador de serviços (a)	-	(32.078)
Baixa por "impairment" do intagível	-	(8.797)
Perdas com aluguéis de equipamentos de POS	(6.693)	(8.858)
Reversão de provisão para contingências (b)	7.531	315
Provisão para perda com equipamentos POS inativos	(3.916)	(1.030)
Outras receitas (despesas) operacionais	<u>(322)</u>	<u>10.263</u>
Total	<u>(3.400)</u>	<u>(40.185)</u>

(a) Refere-se a multa contratual estabelecida por distrato com prestador de serviços.

(b) Refere-se a reversão da provisão para contingências sobre auto de infração.

31. COBERTURA DE SEGUROS

Em 30 de junho de 2010, a Sociedade mantém os seguintes contratos para cobertura de seguros:

<u>Modalidade</u>	<u>Importância segurada</u>
Responsabilidade civil e executivos	96.035
Incêndio	20.000
Vendaval e fumaça	1.500
Danos elétricos	1.500
Equipamentos eletrônicos	1.500
Roubo	500
Alagamento e inundação	3.000
Lucros cessantes	8.502
Veículos	600
Outros	1.400

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

32. PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

Em 22 de setembro de 2008, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que aprovou o plano de opção de compra de ações ordinárias de emissão da Sociedade. Esse plano foi ratificado pela Assembleia Geral Extraordinária de 1º de junho de 2009 e tem vigência de dez anos a partir da data da primeira outorga aos beneficiários.

Poderão ser outorgadas opções de compra de ações de forma que a diluição do capital social não exceda, a qualquer tempo durante a vigência do plano, 0,3% ao ano. O prazo de vigência para o exercício da opção é de cinco anos contados da outorga aprovada pelo Conselho de Administração. Os beneficiários do plano serão definidos anualmente ou em periodicidade julgada conveniente pelo Conselho de Administração.

Em reuniões do Conselho de Administração de 1º de julho e 23 de setembro de 2009, foram aprovadas a primeira e segunda outorgas de opção de compra de ações ordinárias, respectivamente, conforme demonstrado no quadro a seguir, não havendo a opção de liquidação das opções em caixa.

Os beneficiários, nos termos do Plano e do Contrato de Outorga de Opção de Compra, poderão exercer a primeira parcela, equivalente a 1/3 do total das opções de compra a eles outorgadas após um ano da data de outorga.

<u>Data de outorga</u>	<u>Quantidade de ações</u>			<u>Preço de exercício (R\$)</u>	<u>Prazo de carência</u>	<u>Valor justo das opções (R\$ por ação)</u>
	<u>Outorgadas</u>	<u>Canceladas</u>	<u>Saldo</u>			
01.07.2009	2.848.700	(242.900)	2.605.800	11,25 (a)	5 anos	5,50
23.09.2009	<u>551.200</u>	<u>-</u>	<u>551.200</u>	16,84 (b)	5 anos	5,05
Total	<u>3.399.900</u>	<u>(242.900)</u>	<u>3.157.000</u>			

- (a) Corresponde a 75% do valor de lançamento das ações da Sociedade na primeira distribuição pública de ações.
- (b) Corresponde à média ponderada dos pregões compreendidos entre 7 de agosto e 18 de setembro de 2009.

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Para determinar o valor justo das opções pelo modelo de precificação Black & Scholes, a Sociedade utilizou as seguintes premissas econômicas:

	Outorga em <u>julho de 2009</u>	Outorga em <u>setembro de 2009</u>
“Dividend yield”	6,66%	6,66%
Volatilidade do preço da ação	36,67%	36,67%
Período esperado para o exercício	4 anos	4 anos

O valor justo está sendo apropriado ao resultado do semestre e a contrapartida na reserva de capital de forma linear pelo prazo de até 36 meses. No semestre findo em 30 de junho de 2010 foi reconhecida despesa de R\$5.230, registrada na rubrica “Despesas de pessoal”.

33. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) A Sociedade contribui mensalmente com o Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL (contribuição definida) para os colaboradores, tendo incorrido, no semestre findo em 30 de junho de 2010, em despesas de contribuições no montante de R\$1.865 (R\$2.008 em 30 de junho de 2009), contabilizadas nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas com pessoal”.
- b) As despesas com Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, no semestre findo em 30 de junho de 2010, montaram a R\$9 (R\$367 em 30 de junho de 2009), contabilizadas na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

34. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Sociedade e autorizadas para emissão em 3 de agosto de 2010.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

- a) Conclusão do processo de aquisição de ações de emissão da Sociedade detidas pelo Grupo Santander Espanha por Bradesco e Banco do Brasil

A Sociedade comunicou ao mercado, em 13 de julho de 2010, que foi informada, na presente data, por seus acionistas integrantes da Organização Bradesco e do Banco do Brasil sobre a conclusão do processo de aquisição da totalidade das ações de emissão da Sociedade detidas pelo Grupo Santander Espanha. A operação contemplou a aquisição de ações representando 2,09% do capital social da

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Sociedade pela Organização Bradesco, pelo valor de R\$431,7 milhões, e ações representando 5,11% do capital social da Sociedade pelo Banco do Brasil, pelo montante de R\$1.055 milhões.

Concluída a operação, o Bradesco e o Banco do Brasil passam a deter, cada um, o equivalente a 28,65% do capital social da Sociedade.

A referida transação não afetou o percentual de ações admitidas à negociação no mercado.

b) Início do cenário multibandeira

O mercado de cartões, especificamente o setor de credenciamento, passou a viver um novo cenário competitivo a partir de 1º de julho de 2010. Tal data marcou o início das operações em que as adquirentes passaram a capturar e processar as principais bandeiras. Essa mudança contemplou duas recomendações sugeridas pelo grupo formado pelo BACEN, pela Secretaria de Direito Econômico - SDE e pela Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE: a abertura da atividade de credenciamento e a interoperabilidade de POS.

A Sociedade, a partir de 1º de julho de 2010, passou a capturar e processar transações da bandeira MasterCard. Outras parcerias também já foram anunciadas com a bandeira AMEX (Banco Bankpar S.A. e Tempo Serviços Ltda.) e com as bandeiras nacionais, tais como AURA (parte da operação da MasterCard no Brasil) e SOROCRED (Sococred Meios de Pagamento Ltda.). Adicionalmente, no segundo semestre de 2010, foi anunciada parceria com o HSBC Bank Brasil S.A. na qual o banco considerará a Sociedade como adquirente preferencial para seus clientes.

O posicionamento da Sociedade no mercado de cartões de benefícios também foi fortalecido com a parceria anunciada com a empresa Ticket, inicialmente, para os produtos Ticket Refeição e Ticket Alimentação. Logo, além de continuar oferecendo a bandeira VISAVALE, a Sociedade passou a oferecer também a bandeira TICKET.

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Senhores Acionistas:

Apresentamos o comentário de desempenho e as informações trimestrais da Cielo S.A. relativas aos trimestres findos em 30 de junho de 2010 e de 2009, acompanhados do parecer dos Auditores Independentes e do Relatório do Comitê de Auditoria.

DESTAQUES DO 2T10

- Aumento de **21,9%** no **Volume Financeiro de Transações** em relação ao 2T09, atingindo **R\$ 61,6 bilhões**; em relação ao 1T10, crescimento de **4,8%**;
- Crescimento de **21,6%** na **Receita Operacional Líquida**, atingindo **R\$ 1.048,9 milhões**; crescimento de **2,8%** em relação ao 1T10;
- Crescimento de **26,1%** do EBITDA Ajustado em relação ao 2T09 para **R\$ 735,3 milhões**, e **3,0%** em relação ao 1T10;
- Margem EBITDA Ajustada de **70,1%** no 2T10, com crescimento de 2,5 p.p em comparação ao 2T09 e de 0,1 p.p. em comparação ao 1T10;
- Crescimento de **25,5%** no **Lucro Líquido** em relação ao 2T09, atingindo **R\$ 457,7 milhões** e **4,0%** em relação ao 1T10;
- Margem de Lucro Líquido de **43,6%** com crescimento de 1,3 p.p. em relação ao 2T09 e de 0,4 p.p. em relação ao 1T10;
- Mais de **1,8** milhão de Estabelecimentos Credenciados, cobrindo **97,9%** dos municípios brasileiros;
- Parceria com HSBC: Cielo será credenciadora preferencial do banco;

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Destaques Operacionais e Financeiros	2T10	2T09	1T10	2T10 X 2T09	2T10 X 1T10
Cartões de Crédito e Débito					
Volume Financeiro de transações (R\$ milhões)	61.567,4	50.520,4	58.771,1	21,9%	4,8%
Quantidade de transações (milhões)	965,1	814,9	927,6	18,4%	4,0%
Taxa Líquida de desconto (bps)	120	123	125	-3	-5
Cartões de Crédito					
Volume financeiro de transações (R\$ milhões)	38.901,9	32.143,6	37.558,3	21,0%	3,6%
Quantidade de transações (milhões)	563,7	483,1	540,1	16,7%	4,4%
Taxa Líquida de Desconto (bps)	145	150	148	-5	-3
Cartões de Débito					
Volume financeiro de transações (R\$ milhões)	22.665,5	18.376,8	21.212,8	23,3%	6,8%
Quantidade de transações (milhões)	401,4	331,8	387,5	21,0%	3,6%
Taxa Líquida de Desconto (bps)	79	77	84	2	-5
Receita Operacional Líquida Ajustada (R\$ milhões)	1.048,9	862,9	1.020,1	21,6%	2,8%
Lucro Líquido	457,7	364,8	440,2	25,5%	4,0%
% Margem Lucro Líquido	43,6%	42,3%	43,2%	1,3 p.p	0,4 p.p
EBITDA Ajustado	735,3	582,9	713,6	26,1%	3,0%
% Margem EBITDA Ajustado	70,1%	67,6%	70,0%	2,5 p.p.	0,1 p.p

EVENTOS SUBSEQUENTES

- ✓ Desde 1º de julho de 2010, a Cielo captura e processa transações de débito, crédito e crédito parcelado da bandeira MasterCard;
- ✓ Anúncio de parcerias com outras bandeiras relevantes em volume: Amex, Sorocred e Ticket;
- ✓ Concluído em 13 de julho de 2010 processo de aquisição de ações da Companhia detidas pelo Grupo Santander Espanha por Bradesco e Banco do Brasil;
- ✓ Aquisição de 50,1% da M4U:
 - Comunicado ao mercado sobre a aquisição, no dia 02 de agosto, de 50,1% das ações representativas do capital social da M4 Produtos e Serviços S.A. e da Multisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A (em conjunto, "M4U"), pela nossa controlada Servrede.
 - Fundada em 2000, a M4U se destaca pela inovação e desenvolvimento de plataformas tecnológicas de mobilidade, tendo hoje as maiores plataformas de recarga de celulares pré-pagos e também de pagamentos móveis do país. Durante seus 10 anos de atuação, desenvolveu diversas aplicações nos mais variados padrões de celulares e para diversos clientes nos mercados financeiro e de telecom.

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

- Fundada em 2000, a M4U se destaca pela inovação e desenvolvimento de plataformas tecnológicas de mobilidade, tendo hoje as maiores plataformas de recarga de celulares pré-pagos e também de pagamentos móveis do país. Durante seus 10 anos de atuação, desenvolveu diversas aplicações nos mais variados padrões de celulares e para diversos clientes nos mercados financeiro e de telecom.
- A Cielo passa a contar com o know-how e expertise da M4U no desenvolvimento de serviços e produtos de mobilidade, visando a ampliação do seu portfólio de produtos e possibilitando uma atuação mais focada em segmentos pouco explorados, acelerando a penetração dos meios eletrônicos de pagamento. Além disso, a Cielo expande imediatamente sua participação como distribuidor de recargas de celular.
- A aquisição se deu pelo valor de R\$ 50.100.000,00 (cinquenta milhões e cem mil reais), dos quais R\$ 25.050.000,00 (vinte e cinco milhões e cinquenta mil reais) pagos na presente data, sendo que o valor remanescente será pago em até 37 meses da data de fechamento, condicionado ao atingimento de determinadas metas, pactuadas no contrato de compra e venda de ações.
- Na mesma transação, a American Banknote S.A. (ABNB3), adquiriu 30,0% do capital social da M4U, permanecendo a participação remanescente com os sócios fundadores.

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

CENÁRIO MACROECONÔMICO E MERCADO DE CARTÕES

As perspectivas de crescimento continuam favoráveis e os fatores que pautam tal cenário permanecem firmes, apesar da desaceleração do ritmo de expansão da economia brasileira, que, em conjunto com os sinais de inflação sob controle contribuíram para que o Banco Central reduzisse o ritmo do aperto monetário.

Em seu mais recente Relatório de Inflação, divulgado em 30 de junho, o Banco Central aumentou a projeção de crescimento do produto interno bruto (PIB) para 2010 para 7,3%. A autoridade, que publica o documento trimestralmente, havia mantido em 5,8% a estimativa de crescimento do PIB nos dois relatórios anteriores. As projeções do mercado estão em linha com as do Banco Central, segundo o relatório Focus de 02 de agosto, e apontam para expansão econômica de 7,2% para este ano.

A manutenção da taxa de desemprego em níveis baixos e a massa de rendimento real crescente estimulam a demanda por crédito e, conseqüentemente, propulsionam o consumo. A taxa de desemprego registrou em junho o segundo menor nível - 7,0% - desde o início da série histórica, segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A menor taxa, de 6,8%, foi registrada em dezembro de 2009. Cabe lembrar que, em função da sazonalidade, a taxa de desemprego é geralmente menor nos meses de dezembro. A massa de rendimento real cresceu 6,7% em junho em relação ao mesmo mês do ano passado, enquanto o poder de compra aumentou 3,4% no mesmo período.

O crescimento na concessão de crédito reflete este cenário. O empréstimo bancário para pessoas físicas atingiu nível recorde, em R\$ 506 bilhões, segundo dados do Banco Central. Os dados mais recentes da autoridade, referentes a junho, mostraram ainda crescimento de 19,7% na concessão de crédito em relação ao mesmo mês de 2009. Com o crescimento na renda do brasileiro e na concessão de crédito, a confiança do consumidor é estimulada. O Índice de Confiança do Consumidor (ICC), mensurado pela Fundação Getúlio Vargas, teve elevação de 1,1% em julho em relação a junho e de 8,3% em comparação a julho de 2009, para 120,0 pontos.

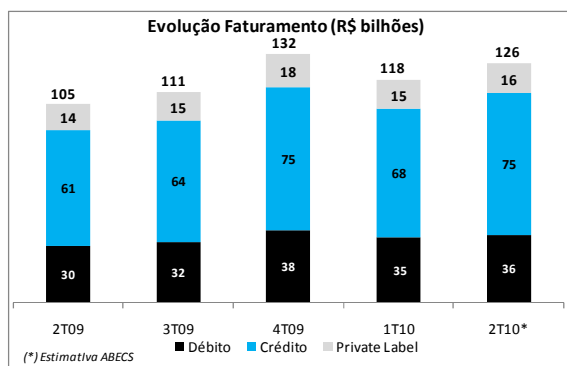
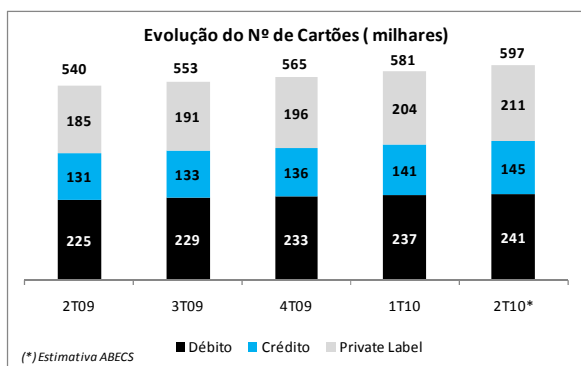
Todos estes fatores refletem no desempenho do comércio varejista. O volume de vendas do varejo aumentou 10,2% em maio em relação ao mesmo mês de 2009. Em termos de receita nominal, o crescimento foi de 14,2%. Entre janeiro e maio, as vendas cresceram 11,5% em volume e 14,8% em receita em relação aos cinco primeiros meses de 2009.

Além dos fatores macroeconômicos, a indústria brasileira de cartões é favorecida ainda pelo potencial de crescimento do uso de cartões de pagamentos no varejo, tanto em função da baixa penetração atual quanto do aumento da bancarização da população, que deve incrementar o uso de serviços financeiros. Em 2009, apenas 22,5% das transações no varejo foram feitas com cartões, de acordo com o Diagnóstico do Sistema de Pagamentos de Varejo do Brasil, elaborado pelo BC.

Com o desenvolvimento do sistema de pagamentos brasileiro, a indústria de cartões é diretamente beneficiada. No 2T10, o número de cartões emitidos cresceu 10,5% em relação ao mesmo período

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

de 2009 e totalizou 597,0 milhões, incluindo os cartões *private label*, segundo a Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (ABECS). Deste total, 40,4% são de cartões de débito, que cresceram 7,2% em relação ao 2T09. Os cartões de débito atingiram 664,2 milhões de transações, com ticket médio de R\$ 54,25, resultando em um faturamento de R\$ 36,0 bilhões. Já os cartões de crédito, responsáveis por 59,0% do faturamento total, com R\$ 74,5 bilhões, capturados por 709,8 milhões de transações. O ticket médio das transações com cartão de crédito aumentou 6,2% em relação ao 2T09 e totalizou R\$ 105,0 no 2T10, quando a quantidade deste tipo de cartão totalizava 145,0 milhões.



O mercado de cartões, especificamente o setor de adquirência, passou a viver um novo cenário competitivo a partir de 1º de julho de 2010. Tal data marcou o início das operações multi-adquirência, ou seja, com as adquirentes capturando e processando as principais bandeiras. Esta mudança contemplou duas recomendações sugeridas pelo grupo formado pelo Banco Central, Secretaria de Direito Econômico (SDE) e Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE) após estudo detalhado do setor: a abertura da atividade de credenciamento e a interoperabilidade de POS.

A Cielo, a partir de 1º de julho de 2010, passou a capturar e processar transações MasterCard, como já havia sido amplamente comunicado ao mercado. Outras parcerias bastante relevantes também já foram anunciadas. A Cielo irá capturar as transações da bandeira Amex, terceira maior bandeira internacional e com forte penetração no segmento de viagem e entretenimento. As bandeiras nacionais Aura e Sorocred também integrarão o portfólio de bandeiras para as quais a Cielo será adquirente. O posicionamento da Cielo no mercado de cartões de benefícios, *vouchers*, também foi fortalecido com a parceria anunciada com a Ticket, inicialmente para os produtos Ticket Refeição e Ticket Alimentação. Com esta parceria, nossa oferta para o segmento de restaurantes e supermercados ficou ainda mais atrativo, cobrindo duas bandeiras relevantes no setor: Visa-Vale e Ticket.

O relacionamento com os bancos também foi foco de atenção dos Administradores, sendo anunciada no 2T10 uma parceria com o HSBC na qual o banco irá considerar a Cielo como adquirente preferencial para seus clientes. Esta parceria é considerada bastante relevante uma vez que a maior parte das afiliações é feita através dos bancos parceiros.

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

A Cielo vem superando os desafios da abertura de mercado, entregando com excelência operacional uma alta confiabilidade na captura e processamento de transações de outras bandeiras, com 100% de disponibilidade inclusive em datas de pico para o varejo. A Cielo buscou com dinamismo um posicionamento diferenciado no mercado por meio de parceiras com as bandeiras de maior relevância em volume para garantir um produto robusto e com bancos para garantir uma distribuição abrangente. Os esforços da Companhia não foram dispersos e o desenvolvimento de produtos inovadores como a plataforma promocional e o Multi POS continua ocorrendo, bem como o foco na redução de custos.

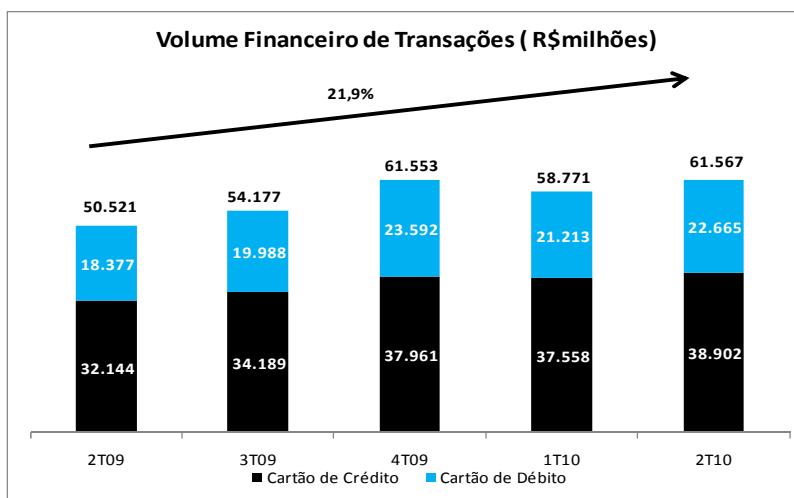
DESEMPENHO OPERACIONAL – 2T10

Volume Financeiro de Transações

No 2T10, capturamos 965 milhões de transações, que representa crescimento de 18,4% em relação ao 2T09 e 4,0% maior do que o 1T10. O volume financeiro de transações totalizou R\$ 61,6 bilhões, representando um acréscimo de 21,9% quando comparado aos R\$ 50,5 bilhões no mesmo período em 2009 e de 4,8% em relação ao 1T10.

Especificamente com cartões de crédito, o volume financeiro de transações processadas pela Cielo totalizou R\$ 38,9 bilhões no 2T10, o que representou um crescimento de 21,0% em relação ao 2T09 e de 3,6% em relação ao 1T10. O ticket médio das transações com cartão de crédito no 2T10 foi de R\$ 98,70 ante um ticket de R\$ 105,00 da indústria.

Com a modalidade cartões de débito, o volume financeiro de transações processadas pela Cielo totalizou R\$ 22,7 bilhões no 2T10, o que representou um crescimento de 23,3% em relação ao 2T09 e de 6,8% em relação ao 1T10. O ticket médio das transações com débito foi de R\$ 56,50 no 2T10, 4,1% acima do ticket médio das transações com cartões de débito da indústria de R\$ 54,30.



02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Cobertura Geográfica e Estabelecimentos Atendidos

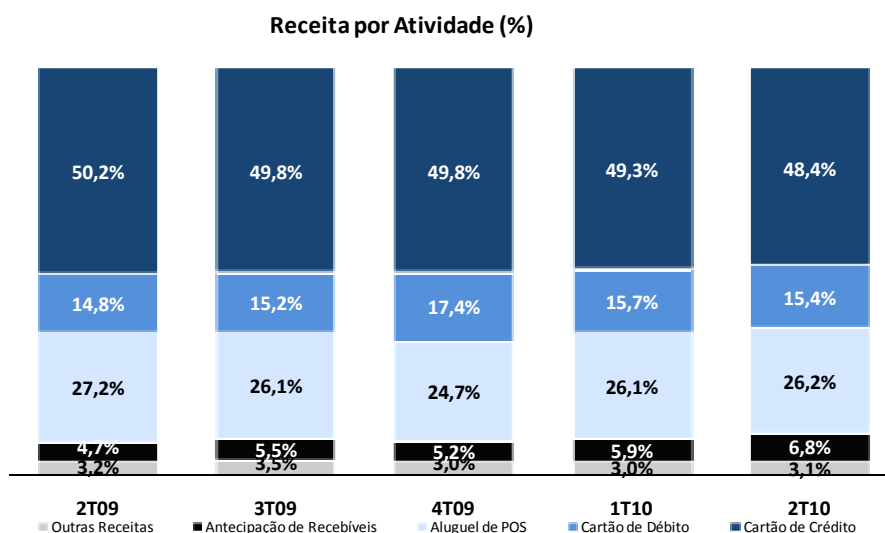
Presente em todo o território nacional, a Cielo encerrou o trimestre em 5.446 dos 5.564 municípios brasileiros, uma cobertura de 97,9%, ante 97,6% no 1T10. A Cielo fechou o 2T10 com uma base final de 1,839 milhão de ECs credenciados, um crescimento de 4,5% sobre o trimestre anterior e de 19,7% sobre o mesmo período do ano passado. Mesmo que o crescimento da base não esteja entre as prioridades estratégicas da Companhia no atual momento, ela continua aumentando em função da parceria com os bancos credenciadores. Do total de 1,839 milhão de ECs credenciados, 1,153 milhão estão ativos, considerando ativos os ECs que fizeram pelo menos uma transação nos últimos 60 dias, um crescimento de 2,1% sobre o 1T10 e de 11,0% sobre o 2T09.

ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS	2T10	2T09	1T10	2T10 X 2T09	2T10 X 1T10
Total de Estabelecimentos Comerciais Credenciados (mil)	1.839	1.537	1.759	19,7%	4,5%
Ecs Ativos em 180 dias (mil)	1.235	1.115	1.211	10,8%	2,0%
Ecs Ativos em 60 dias (mil)	1.153	1.038	1.129	11,0%	2,1%

DESEMPENHO FINANCEIRO – 2T10

Receita Operacional + Financeira de Antecipação Líquida

As principais fontes de receitas da Cielo são decorrentes da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, além das receitas com aluguel de POS e de antecipação de recebíveis aos seus clientes. Abaixo, pode-se verificar a evolução da importância relativa de cada uma dessas fontes:



02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

No 2T10 a receita operacional líquida acrescida da receita líquida proveniente das operações de antecipação de recebíveis atingiu R\$ 1.048,9 milhões, representando um crescimento de 21,6% sobre o mesmo período de 2009 e de 2,8% em relação ao 1T10.

- Receita de transações com **cartão de crédito** totalizou R\$ 562,3 milhões no 2T10, 16,8% superior ao observado no 2T09, que foi de R\$ 481,6 milhões. O incremento observado deve-se principalmente à elevação no volume de transações de 21,0% parcialmente impactada pela redução na taxa líquida de desconto em 5 basis points, de 150 para 145 basis points. Esta redução foi verificada principalmente em função da antecipação de incentivos pagos aos bancos credenciadores no 2T10, pagamento este condicionado a performance futura das instituições credenciadoras. Sem considerar esta antecipação, a taxa líquida de desconto teria sido de 148 basis points. Com relação ao 1T10, a receita com cartão de crédito apresentou um aumento de 1,1%. Novamente este incremento deve-se ao aumento de 3,6% do volume de transações parcialmente impactado pela antecipação de incentivos aos bancos credenciadores que impactou a taxa líquida de desconto em 3 basis points. Eliminando o impacto da antecipação aos bancos credenciadores, a taxa líquida de desconto teria ficado estável.
- Receita de transações com **cartão de débito** cresceu 26,2% quando comparado ao mesmo período de 2009, alcançando R\$ 179,0 milhões. Esse aumento é reflexo da elevação do volume de transações em 23,3% em relação ao mesmo período do ano anterior e da elevação da taxa média de desconto que atingiu 79 basis points no 2T10 (77 basis points no 2T09). O aumento na taxa de desconto foi função da renegociação com alguns estabelecimentos comerciais da taxa bruta de desconto. Em comparação ao 1T10, houve um aumento de 1,1% da receita com cartão de débito. Esse aumento foi consequência do crescimento de 6,8% do volume de transações parcialmente impactado pela redução da taxa líquida de desconto de 84 basis points no 1T10 para 79 basis points no 2T10. A redução da taxa líquida é consequência principalmente da antecipação de incentivos aos bancos credenciadores como já mencionado e secundariamente da maior participação do produto AgroCard no segundo trimestre em função do momento da safra quando comparado ao primeiro trimestre do ano. A taxa líquida das transações com AgroCard, como é de conhecimento, é abaixo da média dada as características do produto. O volume de transações com Agrocard no 2T10 foi 194% maior do que no 1T10, atingindo R\$ 1,3 bilhão.
- Receita de **aluguel de equipamentos** (POS) atingiu R\$ 304,1 milhões, valor 16,6% superior ao registrado no mesmo período de 2009. Esse resultado ocorreu principalmente devido ao crescimento de 14,1% da base de Equipamentos de Captura, em função do aumento do número de Estabelecimentos Credenciados, e pelo aumento no preço médio de aluguel de 1,7%. Em 30 de junho de 2010, a base de equipamentos de captura (POS) totalizava 1,606 milhão de unidades. Em comparação ao 1T10, observa-se uma redução de 2,1% na quantidade de equipamentos e um crescimento do aluguel médio de 5,5%. Este comportamento foi observado em função da baixa de 148 mil unidades de nosso parque total de POS em função da adequação do mesmo para o cenário multi-bandeira

02173-3 CIELO S.A. 01.027.058/0001-91

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

com sucateamento de algumas tecnologias que não suportam este novo cenário. Esta diminuição do número de equipamentos anulou o crescimento observado no trimestre e impactou o aluguel médio por POS.

Nº POS (mil)	2T10	2T09	1T10	2T10 X 2T09	2T10 X 1T10
# POS Total	1.606	1.408	1.641	14,1%	-2,1%
Aluguel Médio (R\$/POS Instalado)	63,1	62,0	59,8	1,7%	5,5%

- A linha de Outras Receitas totalizou R\$ 36,3 milhões, um aumento de 19,7% quando comparado ao mesmo período de 2009, devido principalmente ao crescimento no volume de receita da nossa empresa controlada que atua no setor de saúde. Em relação ao 1T10, Outras Receitas apresentou crescimento de 7,7% principalmente em função da prestação de serviços de VAN (*Value Added Network*), ou seja, apenas transferimos as transações capturadas de cartões de benefício (*voucher*) e de transações com cartões *private label* híbrido realizadas nos próprios estabelecimentos emissores.. Atualmente operamos com mais de 89 cartões *private label*.

Antecipação de Recebíveis

O volume financeiro de transações antecipadas no 2T10 - o quarto consecutivo de crescimento - totalizou R\$ 2,5 bilhões, representando 6,3% da carteira total de crédito, ante 5,8% no 1T10. A receita excluindo ajustes somou R\$ 97,1 milhões no trimestre, representando um crescimento de 32,5% em relação ao primeiro trimestre de 2010 e 109,7% em relação ao 2T09.

Antecipação de Recebíveis	2T09	3T09	4T09	1T10	2T10
% Antecipação s/ Volume Financeiro de Crédito	4,6%	4,7%	5,3%	5,8%	6,3%
Volume Financeiro das Antecipações (R\$ Milhões)	1.466.457	1.604.697	2.009.419	2.193.315	2.460.397
Prazo Médio (dias)	48,5	54,5	61,6	66,1	69,7
Receita de Antecipação excluindo Ajustes (R\$ Milhões)	46.302	49.721	65.518	73.254	97.088

A taxa média de crescimento por trimestre no período compreendido entre o 2T09 e o 2T10 do volume financeiro das antecipações foi de 13,8% e da receita de antecipação de recebíveis excluindo ajustes de 20,3% na mesma análise.

A receita líquida de antecipação de recebíveis no 2T10 foi de R\$ 78,8 milhões, sendo 74,8% maior que a observada no 2T09 e 17,6% maior do que no 1T10.

O ticket médio destas operações ao longo do 2T10 foi de R\$ 2,6 mil enquanto que no 2T09 este valor era de R\$ 3,7 mil e no 1T10 de R\$ 3,0 mil. Outro fator de destaque no produto de prepagamento é o alongamento do prazo médio que saltou de 48,5 dias no final de março de 2009 para 69,7 dias no final deste trimestre, comparado a 66,1 dias no 1T10.

Com pouco mais de um ano de operação, aproximadamente 75% da quantidade de operações de antecipação de recebíveis são realizadas de forma automática, por meio dos canais de URA

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

(telefone), de Website e Automático (frequência de antecipação pré-definida), o que demonstra a evolução do negócio dentro do portfólio de produtos oferecidos pela Companhia.

Custo dos Serviços Prestados

O custo dos serviços prestados foi superior em R\$ 29,0 milhões, ou 12,7%, totalizando R\$ 257,5 milhões no segundo trimestre de 2010, comparado a R\$ 228,4 milhões no mesmo período de 2009. Já considerando o impacto do aumento das tarifas da bandeira, o custo unitário por transação no 2T10 foi de R\$ 0,267, valor 4,6% menor em comparação ao mesmo período de 2009, que representou R\$ 0,280. Considerando a estrutura de tarifa equivalente ao 2T09, o custo unitário teria diminuído 10,0%, ficando em R\$ 0,252 por transação.

O aumento nominal nos custos ocorreu principalmente em função de: (i) aumento de R\$ 18,4 milhões das tarifas pagas à bandeira Visa, para R\$ 36,6 milhões no trimestre findo em 30 de julho de 2010, comparado a R\$ 18,2 milhões no mesmo período de 2009, como consequência da renegociação do contrato com a bandeira e pelo crescimento no volume financeiro das transações com cartões de crédito e débito e (ii) aumento de R\$ 10,4 milhões, ou 29,6%, dos custos com depreciação de equipamentos de captura (POS) para R\$ 45,7 milhões no trimestre findo em 31 de junho de 2010, comparado a R\$ 35,3 milhões no mesmo período de 2009. Esse aumento ocorreu substancialmente pelo crescimento de 14,1% da base de equipamentos de captura, pela redução na idade média do parque e pela oferta de equipamentos mais modernos cujo valor é mais elevado.

Na análise comparativa ao 1T10, o custo dos serviços prestados foi 2,3% superior no 2T10. O custo unitário por transação no 2T10 ficou 1,5% inferior ao do 1T10, que foi de R\$ 0,271.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais aumentaram R\$ 11,9 milhões, ou 13,1%, para R\$ 102,6 milhões no trimestre findo em 30 de julho de 2010, comparado a R\$ 90,7 milhões no mesmo período de 2009. Com relação ao 1T10, o aumento foi de 3,4%. A principal despesa que impactou este aumento foi marketing, que apresentou crescimento significativo no trimestre como mencionaremos abaixo.

As **despesas de pessoal** aumentaram 11,3% para R\$ 37,8 milhões, devido, principalmente, à parte variável da remuneração de pessoal, representada pelo plano de participação nos resultados e *stock option*, o que reflete o novo posicionamento estratégico adotado pela Companhia para atração e retenção de talentos. Além disso, o reajuste nos salários de 5,0% definido pelo acordo com o sindicato em agosto de 2009 também contribuiu para este incremento. Em relação ao 1T10, as despesas de pessoal aumentaram 3,1% em função da remuneração variável de pessoal, principalmente plano de participação nos resultados.

As **despesas gerais e administrativas** reduziram em 6,5% para R\$ 26,8 milhões, como consequência do esforço da Companhia em controlar suas despesas refletido na rubrica de serviços prestados por terceiros. Em relação ao 1T10, as despesas gerais e administrativas

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

reduziram 30,1% principalmente em função da provisão feita para alguns projetos que se materializaram em valor menor do que esperado no trimestre.

As **despesas de marketing** aumentaram 131,8% para R\$ 36,0 milhões, refletindo o aumento das despesas com marketing institucional em função da mudança do nome para Cielo e consequente necessidade de posicionamento da nova marca, além da campanha publicitária lançada no início deste ano, preparando para o momento de transição do mercado a partir de 1º de julho de 2010. As despesas de marketing representaram 3,4% da receita líquida incluindo antecipação de recebíveis no 2T10. Em comparação ao 1T10, as despesas de marketing aumentaram 67,2% principalmente pela intensificação das campanhas no momento pré-cenário multi-adquirência.

Outras despesas operacionais líquidas diminuíram 85,2% para R\$ 1,3 milhão. A redução deve-se ao fato de que no 2T09 esta rubrica foi impactada com despesas referentes à preparação da Companhia para o IPO, posteriormente reembolsadas pelos acionistas. Quando comparada ao 1T10, esta rubrica apresentou uma redução de 38,6% pois foi impactada no 2T10 pelo recebimento de ajustes contratuais de fornecedores.

EBITDA Ajustado

O EBITDA ajustado atingiu R\$ 735,3 milhões no 2T10, montante 26,1% maior do que o observado no 2T09 e 3,0% maior do que no 1T10. O EBITDA ajustado corresponde ao lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas de depreciação e amortização e do resultado financeiro (exceto os ganhos nas operações de antecipação de recebíveis).

EBITDA Ajustado(R\$ milhões)	2T10	2T09	1T10	2T10 X 2T09	2T10 X 1T10
Lucro Líquido	457,7	364,8	440,2	25,5%	4,0%
Resultado Financeiro	(77,1)	(52,9)	(79,7)	45,8%	-3,3%
Imposto de Renda e Contribuição Social	229,4	186,8	241,7	22,8%	-5,1%
Depreciação e Amortização	46,4	39,1	44,4	18,8%	4,5%
EBITDA	656,5	537,8	646,6	22,1%	1,5%
% Margem EBITDA	67,7%	65,7%	67,8%	2,0 p.p.	(0,1) p.p
Antecipação de Recebíveis*	78,8	45,1	67,0	74,7%	17,6%
EBITDA Ajustado	735,3	582,9	713,6	26,1%	3,0%
% Margem EBITDA Ajustado	70,1%	67,6%	70,0%	2,5 p.p.	0,1 p.p

* ARV + Despesa de Ajuste a valor presente

Resultado Financeiro

O resultado financeiro, excluindo-se a operação de antecipação de recebíveis, diminuiu R\$ 9,5 milhões, para despesa de R\$ 1,7 milhão no trimestre findo em 30 de junho de 2010. Tal redução deve-se principalmente ao volume menor de aplicações financeiras, que passou de um saldo no final do 2T09 equivalente a R\$ 342,9 milhões para R\$ 198,0 milhões no final do 2T10 em função do aumento da operação de antecipação que atualmente é financiada com caixa próprio da Companhia. Em relação ao 1T10, o resultado financeiro também apresentou uma diminuição, no

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

caso de uma receita de R\$ 12,7 milhões para despesa de R\$ 1,7 milhão, como já mencionado. A principal razão para tal variação foi a reversão de multa e juros de contingências ocorrida no primeiro trimestre de 2010.

Lucro Líquido

O lucro líquido atingiu R\$ 457,7 milhões no 2T10, aumento de 25,5% quando comparado ao mesmo período de 2009, refletindo o aumento de 21,6% da receita operacional líquida, e do ganho de eficiência da Companhia verificado no crescimento em menor proporção dos custos dos serviços prestados de 12,7% e das despesas operacionais de 13,1%. Em relação ao 1T10, o aumento do lucro líquido foi de 4,0% pelas mesmas razões acima mencionadas.

MERCADO DE CAPITAIS

Composição Acionária

As ações da Cielo S.A. estrearam na BM&FBovespa no dia 29 de junho de 2009, no Novo Mercado, inicialmente sob o código VNET3 e, desde o dia 18 de dezembro de 2009, em função da alteração na razão social da Companhia, são negociadas sob o novo código CIEL3. As ações da Cielo atualmente são integrantes do Índice Bovespa (Ibovespa), do IBrX-50 e IBrX-100 (carteira válida para o quadrimestre maio/10 - agosto/10), do Índice de Governança Corporativa Diferenciada (IGC), do Índice de Ações com Tag Along Diferenciado (ITAG), do Índice Financeiro (IFN).

Composição Acionária 30/06/2010	Ações Ordinárias	%
Acionistas Controladores	781.847.415	57.3%
<i>Banco Bradesco</i>	<i>362.465.246</i>	<i>26.6%</i>
<i>Banco do Brasil</i>	<i>321.117.735</i>	<i>23.5%</i>
<i>Banco Santander (Espanha)</i>	<i>98.264.434</i>	<i>7.2%</i>
Em Circulação	578.216.085	42.4%
Tesouraria	4.720.300	0.3%
Total	1.364.783.800	100%

Após alienação da participação do Grupo Santander Espanha na Cielo, o Banco Bradesco e o Banco do Brasil passaram a deter, cada um, 28,6% do capital social da Companhia. A conclusão desta operação foi anunciada em 13 de julho de 2010.

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

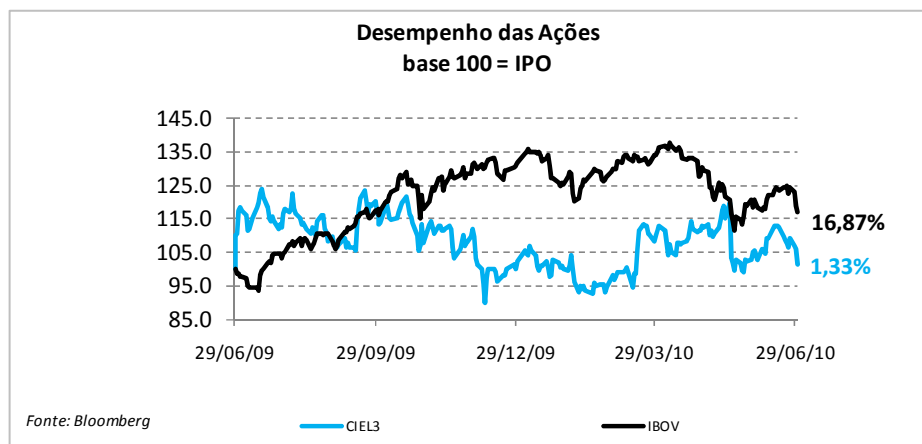
12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Composição Acionária	% Atual	% Anterior	Δ
Acionistas Controladores	57,3%	57,3%	0,0%
<i>Banco Bradesco</i>	28,6%	26,6%	2,1%
<i>Banco do Brasil</i>	28,6%	23,5%	5,1%
<i>Banco Santander (Espanha)</i>	0,0%	7,2%	-7,2%
Em Circulação	42,4%	42,4%	0,0%
Tesouraria	0,3%	0,3%	0,0%

O capital social da Companhia é representado por 1,36 bilhão de ações ordinárias, das quais 578,2 milhões estão em circulação no mercado, representando um free float de 42%.

Desempenho das Ações

No 2T10, enquanto o Ibovespa recuou 13,4%, as ações da Cielo apresentaram desvalorização de apenas 9,2%. No dia 30 de junho de 2010, os papéis da CIEL3 fecharam cotados a R\$ 15,20/ação, representando um valor de mercado de R\$ 20,7 bilhões para a Companhia. Desde a sua listagem, em 29/06/2009, até 30 de junho de 2010, as ações da Cielo estiveram presentes em 100% dos pregões e acumularam valorização de 1,3%, enquanto o Ibovespa valorizou-se em 19,1%.



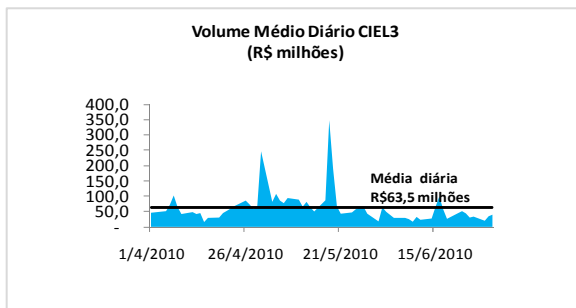
O volume médio negociado no período entre abril e junho de 2010 totalizou 3,9 milhões de ações, em 294,2 mil negócios, com um volume médio diário de R\$ 63,5 milhões, representando 0,7% do *free float*. Desde o IPO, o volume médio negociado foi de 6,4 milhões de ações, em 1,4 milhão de negócios, representando um volume médio diário negociado de R\$ 105,6 milhões, ou 1,2% do *free float*.

02173-3

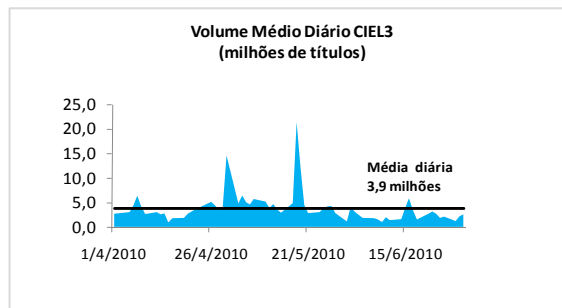
CIELO S.A

01.027.058/0001-91

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE



Fonte: Bloomberg



Fonte: Bloomberg

Recompra de ações

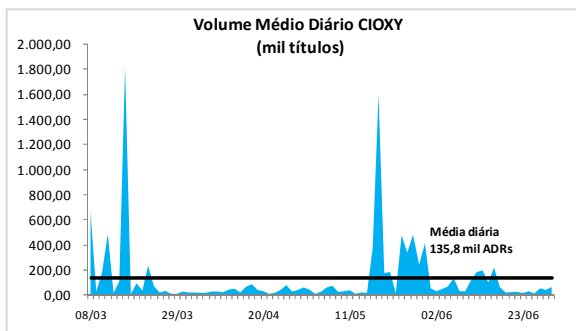
Entre novembro de 2009 e maio de 2010, a Cielo teve um Programa de Recompra de Ações de própria emissão. O Programa permitiu a aquisição de no máximo 6 milhões de ações ordinárias. As corretoras autorizadas a atuarem como intermediárias foram Bradesco S.A. CTVM e Votorantim CTVM Ltda.

Desde a aprovação do Programa de Recompra até o dia 21/05/2010, data em que encerrou-se a autorização do mesmo, foram adquiridas 4.720.300 ações ordinárias de própria emissão, o equivalente a 79% do volume de recompra autorizado ao preço médio de R\$ 15,55/ação.

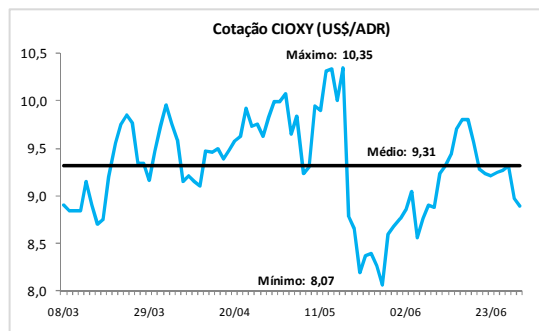
Programa de ADR Nível 1

Em 22 de fevereiro de 2010, a Cielo anunciou o lançamento do seu programa de ADR (American Depositary Receipts) Nível 1. Os títulos são negociados no mercado de balcão (over-the-counter - OTC) sob o código CIOXY e cada ADR representa uma ação ordinária da Companhia. O Deutsche Bank Trust Company Americas é a instituição depositária dos referidos recibos.

Até o dia 30 de junho de 2010, a Companhia havia registrado 7.509.683 ADRs emitidos e 146 cancelamentos no mercado americano, com um volume médio diário negociado de 135,8 mil títulos a um preço médio de US\$ 9,31/ADR.



Fonte: Bloomberg



Fonte: Bloomberg

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Governança Corporativa

A Companhia adota uma postura ética, responsável e transparente na administração dos negócios e busca aperfeiçoar seu padrão de governança corporativa de acordo com as melhores práticas de mercado, com o objetivo de preservar o direito dos acionistas, por meio de um tratamento equitativo, claro e aberto.

No dia 30 de abril de 2010, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que pela primeira vez possibilitou a outorga de procurações eletrônicas por meio da plataforma Assembleias Online (<http://www.assembleiasonline.com.br>, com acesso também pelo <http://www.cielo.com.br/ri>). A AGO/E aprovou o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 24.620.463,15 (vinte e quatro milhões, seiscentos e vinte mil, quatrocentos e sessenta e três reais e quinze centavos), sem a emissão de novas ações, de R\$ 75.379.536,85 (setenta e cinco milhões, trezentos e setenta e nove mil, quinhentos e trinta e seis reais e oitenta e cinco centavos) para R\$ 100.000.000 (cem milhões de reais), divididos em 1.364.783.800 ações ordinárias, sem valor nominal. A AGE/O aprovou também as alterações do mandato dos integrantes do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária de um para dois anos.

A área de RI tem conduzido reuniões públicas e restritas com analistas de mercado e investidores e, em 5 de maio de 2010, realizou o **Cielo Day**, primeiro grande evento da Companhia voltado para o mercado, durante o qual os Administradores apresentaram a Companhia para mais de 50 investidores e analistas. Atualmente, a Cielo é acompanhada por 21 diferentes corretoras locais e internacionais.

Em junho de 2010 a Cielo publicou o Formulário de Referência de acordo com a Instrução Normativa 480 da CVM. O Formulário está disponível em nosso website (www.cielo.com.br/ri) ou no site da CVM (www.cvm.gov.br).

Dividendos

A política de dividendos da Cielo assegura estatutariamente a distribuição de dividendo mínimo de 50% sobre os lucros auferidos, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, até que essa reserva atinja 20% do capital social. O eventual saldo remanescente de lucro líquido do exercício societário será destinado de acordo com a deliberação da Assembleia Geral.

Além disso, de acordo com comunicado divulgado em setembro de 2009, a Companhia passou a adotar dois pagamentos de dividendos anuais - um em março e outro em setembro. Assim, o próximo pagamento a ser realizado em setembro remunerará os acionistas com relação aos resultados obtidos no primeiro semestre de 2010.

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

RELACIONAMENTO COM AUDITORES

Em consonância com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que durante o 2T10 a Sociedade contratou os serviços de auditoria independente da Deloitte Touche Tomatsu Auditores Independentes.

A Política da empresa na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. Estes princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No trimestre findo em 30 de junho de 2010, não foram prestados pelos auditores independentes, e partes a eles relacionadas serviços não relacionados à auditoria externa.

As informações no relatório de desempenho sobre EBITDA, EBITDA ajustado, margem EBITDA, volume financeiro e quantidade de transações, taxas de desconto, informações da indústria e setoriais, contribuições na receita líquida, quantidade de funcionários e investimentos totais e demonstração do resultado ajustada não foram objeto de revisão especial pelos auditores independentes.

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Cielo S.A.
Barueri - SP

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais – ITR da Cielo S.A. (“Sociedade”) e de suas controladas, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2010, compreendendo o balanço patrimonial consolidado e as demonstrações do resultado consolidado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, o relatório de desempenho e as notas explicativas, elaborados sob a responsabilidade da Administração da Sociedade e de suas controladas.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Sociedade quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Sociedade e de suas controladas.
3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais acima referidas para que estas estejam de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Demonstração Intermediária, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.
4. As práticas contábeis adotadas no Brasil diferem, em certos aspectos significativos, das práticas contábeis de acordo com o padrão contábil internacional emitido pelo IASB. As informações relacionadas à natureza e ao efeito dessas diferenças estão apresentadas na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras consolidadas.

São Paulo, 23 de julho de 2010 (3 de agosto de 2010 para a nota explicativa nº 34)

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Walter Dalsasso
Contador
CRC nº 1 SP 077516/O-9

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02173-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIELO S.A	3 - CNPJ 01.027.058/0001-91
---------------------------	-------------------------------------	--------------------------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
08	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	4
08	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	5
09	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	7
10	01	10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO	9
11	01	11 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/04/2010 a 30/06/2010	11
11	02	11 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2010 a 30/06/2010	12
06	01	NOTAS EXPLICATIVAS	13
12	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE	61
21	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	77